



PREFEITURA DE MOGI GUAÇU-SP
GABINETE DO PREFEITO

MENSAGEM N° 012 .02.2023.

Em, 06 de Fevereiro de 2023.

Do Prefeito
Ao Presidente da Câmara Municipal

Senhor Presidente,

Tenho a satisfação de encaminhar, por intermédio de Vossa Excelência, para apreciação e votação dessa Colenda Casa de Leis, o incluso projeto de lei que autoriza o Município de Mogi Guaçu a integrar o Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Sustentável – CONDESU, aderindo ao seu Contrato de Consórcio / Estatuto Social.

Referido Consórcio tem por finalidade, conforme disposto em seu Estatuto planejar, adotar e executar projetos e medidas conjuntas destinadas a assegurar o desenvolvimento urbano sustentável na região e a melhoria da qualidade de vida de seus cidadãos, em especial para o planejamento das ações de saneamento básico e ambiental, de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos a fim de que sejam realizados de forma adequada à saúde pública e à proteção do meio ambiente; articulação das políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental e outras de relevante interesse social voltadas para a melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator determinante; integrar os Municípios consorciados aos Protocolos, Programas e Políticas Públicas implementadas pelas três esferas de Governo, Federal, Estadual e Municipal, nas suas área de atuações.

Segue, em anexo, para melhor esclarecimento do presente projeto de lei cópia do Contrato de Consórcio e Estatuto Social, para melhor análise dos Senhores Vereadores.

Na expectativa de merecer a melhor acolhida de Vossa Excelência e Nobres Pares, reafirmo os meus protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

RODRIGO FALSETTI
PREFEITO

À
Sua Excelência o Senhor
Vereador JÉFERSON LUÍS DA SILVA
Digníssimo Presidente da Câmara Municipal
MOGI GUAÇU – SP



PREFEITURA DE MOGI GUAÇU-SP

GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI N° 17, DE 2023.

Autoriza o Município de Mogi Guaçu, a integrar o Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Sustentável – CONDESU, aderindo ao seu Contrato de Consórcio/Estatuto Social.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MOGI GUAÇU:

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte **LEI**:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a praticar os atos necessários à adesão do Município de Mogi Guaçu, para que passe a integrar o **Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Sustentável – CONDESU**, estabelecido pelos Municípios de Artur Nogueira, Conchal, Cordeirópolis, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Holambra, Jaguariúna, Matão, Santo Antonio de Posse e Campo Limpo Paulista.

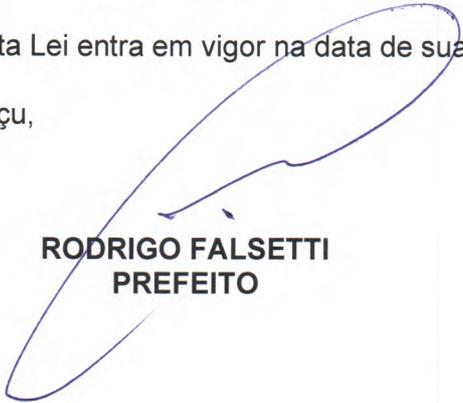
Art. 2º Faz parte integrante da presente Lei o Contrato de Consórcio / Estatuto Social do **Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Sustentável – CONDESU – Anexo I**, que passa a vincular o Município de Mogi Guaçu ao consórcio firmado.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei serão suportadas pelas verbas consignadas no orçamento vigente, podendo ser suplementadas se necessário, ficando a política pública adotada inserida no PPA – Plano Plurianual do Município e na LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2023.

Art. 4º A presente autorização de adesão somente será revogada mediante prévia e específica autorização legislativa.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Mogi Guaçu,


RODRIGO FALSETTI
PREFEITO

**CONTRATO DE RATEIO QUE ESTABELECEM O CONDESU E SEUS MUNICÍPIOS
CONSORCIADOS PARA COMPARTILHAMENTO DAS AÇÕES ESTABELECIDAS NO
PRESENTE TERMO PARA O EXERCÍCIO DE 2023**

CONTRATO Nº 17/2022 - CONDESU

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - CONDESU, com sede administrativa no Município de Cosmópolis, Estado de São Paulo, estabelecendo-se na Rua Baronesa Geraldo de Rezende, 275 – Centro – CEP 13150-031, inscrito no CNPJ sob o nº 11.166.922/0001-90, isento de Inscrição Estadual, Inscrição Municipal nº 11.582, neste ato representado por seu Superintendente, Julio Cezar Simon Carmona, brasileiro, casado, bacharel em direito, portador do RG nº 40.263.340-4 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 309.016.918-52, residente e domiciliado na Rua George Kiosia, 18 – Vila José Kalil Aun – Cosmópolis/SP, denominado simplesmente CONDESU, e os municípios de: **Município de Artur Nogueira**, com sede na Rua Dez de Abril, 629 – Centro – Artur Nogueira/SP, inscrito no CNPJ sob o nº 45.735.552/0001-86, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Lucas Sia Rissato, brasileiro, solteiro, advogado, portador do RG nº 28.061.062-2, inscrito no CPF sob o nº 395.283.878-02, residente e domiciliado na Avenida Professora Magdalena Sanseverino Grosso, 1007 – Jardim Resek – Artur Nogueira/SP – CEP 13160-272; o **Município de Campo Limpo Paulista**, com sede na Avenida Adherbal da Costa Moreira, 255 – Centro – Campo Limpo Paulista/SP – CEP 13231-901, inscrito no CNPJ sob o nº 45.780.095/0001-41, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Dr. Luiz Antonio Braz, brasileiro, casado, médico, portado do RG nº 7.526.523 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 041.727.278-50; o **Município de Conchal**, com sede na Rua Francisco Ferreira Alves, 364 – Centro – Conchal/SP, inscrito no CNPJ sob o nº 45.331.188/0001-99, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Luiz Vanderlei Magnusson, brasileiro, casado, contador, portador do RG nº 14.110.514-8 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 021.657.878-74, residente e domiciliado na Rua Luiz Refundini, 118 – Jardim Novo Horizonte – Conchal/SP – CEP 13835-000, telefone para contato (19) 99851-1250, e-mail prefeito@conchal.sp.gov.br; o **Município de Cordeirópolis**, com sede na Praça Francisco Orlando Stocco, 35 – Centro – Cordeirópolis/SP, inscrito no CNPJ sob o nº 44.660.272/0001-93, neste ato representado por

seu Prefeito Municipal, Sr. José Adinan Ortolan, brasileiro, casado, professor de ensino superior, portador do RG nº 1.812.997-6 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 110.195.488-43, residente e domiciliado na Rua João Leme, 304 – Jardim Progresso – Cordeirópolis/SP – CEP 13490-000, telefone para contato (19) 3556-9900, e-mail gabinete.prefeito@cordeirópolis.sp.gov.br; o **Município de Cosmópolis**, com sede na Rua Dr. Campos Sales, 398 – Centro – Cosmópolis/SP, inscrito no CNPJ sob o nº 44.730.331/0001-52, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Antonio Claudio Felisbino Junior, brasileiro, casado, advogado, portador do RG nº 28.757.849-5, inscrito no CPF sob o nº 278.942.848-40, residente e domiciliado na Rua 7 de setembro, 347 – Apto 44 – Centro – Cosmópolis/SP – CEP 13150-013, e-mail gabinete@cosmopolis.sp.gov.br; o **Município de Engenheiro Coelho**, com sede na Rua Domingos Franco de Oliveira, 1645 – Parque das Industrias – Engenheiro Coelho/SP – CEP 13445-040, inscrito no CNPJ sob o nº 67.996.363/0001-08, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Zeedvaldo Alves de Miranda, brasileiro, casado, médico, portador do RG nº 1719272 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 942.987.428-49, residente e domiciliado na Alameda Primavera, 128 – Residencial Lagoa Bonita – Engenheiro Coelho/SP – CEP 13165-000, e-mail gabinete@pmec.sp.gov.br; o **Município da Estância Turística de Holambra**, com sede na Alameda Mauricio de Nassau, 444 – Centro – Holambra/SP, inscrito no CNPJ sob o nº 67.172.437/0001-83, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Fernando Henrique Capato, brasileiro, casado, farmacêutico, portador do RG nº 33.437.171-5, inscrito no CPF sob o nº 331.620.438-59, residente e domiciliado na Rua Middelburg, 140 – Parque Residencial Nova Holanda – Holambra/SP – CEP 13825-000; o **Município de Jaguariúna**, com sede na Rua Alfredo Bueno, 1.235 – Centro – Jaguariúna/SP – CEP 13820-000, inscrito no CNPJ sob o nº 46.410.866/0001-71, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Marcio Gustavo Bernardes Reis, brasileiro, solteiro, empresário, portador do RG nº 24.604.086-5 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 165.052.578-88, residente e domiciliado na Alameda das Magnólias, 2 – QD X – Condomínio Duas Marias – Jaguariúna/SP – CEP 13820-000, telefone para contato (19) 3867-9700 ou (19) 99800-0000, e-mail prefeito@jaguariuna.sp.gov.br; o **Município de Matão**, com sede na Rua Orestes Bozelli, 1165 – Centro – Matão/SP – CEP 15990-240, inscrito no CNPJ sob o nº 45.270.188/0001-26, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Aparecido Ferrari, brasileiro, casado, metalúrgico, portador do RG nº

9.525.173 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 019.969.658-67, residente e domiciliado na Rua Rio Claro, 511 – Jardim Ramires – Monções/SP, e-mail gabinete@matao.sp.gov.br; e o **Município de Santo Antonio de Posse**, com sede na Praça Chafia Chaib Baracat, 361 – Centro – Santo Antônio de Posse/SP – CEP 13830-000, inscrito no CNPJ sob o nº 45.331.196/0001-35, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. João Leandro Lolli, brasileiro, amasiado, empresário, portador do RG nº 13.588.412-3, inscrito no CPF sob o nº 024.477.618-05, residente e domiciliado na Rua Lúcia Aparecida Gardinalli Lalla, 130 – Jardim Luciana – Santo Antônio de Posse/SP – CEP 13830-015, todos abaixo assinados, têm entre si justo e certo o presente CONTRATO DE RATEIO, que se regerá pelas normas da Lei Ordinária Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005, Estatuto Social do CONDESU, demais legislações pertinentes e também pelo seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente CONTRATO DE RATEIO tem por objeto o rateio das despesas decorrentes da prestação dos serviços indicados na Cláusula Terceira do presente Contrato de Rateio, referentes à Programação Orçamentária aprovada para o Exercício de 2023 do CONDESU, conforme Anexo II.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS SERVIÇOS

Os serviços serão executados na forma prevista no Estatuto Social do CONDESU, no Plano Anual de Trabalho e na Proposta Orçamentária aprovados para o Exercício de 2023 e pelo que estabelece o presente Contrato de Rateio, dentro das normas que regem os consórcios intermunicipais estabelecidas pela Lei nº 11.107/2005.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS CUSTOS E RATEIO

Os custos e o rateio das despesas são estabelecidos nesta Cláusula e fixados em Cotas Fixas e Variáveis como a seguir disciplinado.

I - COTA FIXA

O custo da Cota Fixa, dos serviços e sua forma de rateio ficam estabelecidos na seguinte forma:

a) Administrativa

A Cota Fixa Administrativa de janeiro a dezembro de 2023, será rateada igualmente, no valor mensal de R\$ 19.995,65, por município consorciado, conforme Anexo I.

b) Britagem

A Cota Fixa da Britagem, composta pelo custo da disponibilização de equipes de britagem e respectivo maquinário, compreendendo os gastos com deslocamento, alimentação e a remuneração da equipe, será rateada pela utilização de cada município consorciado a ser apurada em razão do volume de entrada de resíduos a serem triados e britados no período do dia 20 de um mês ao dia 20 do mês subsequente, considerado o município que tomou os serviços e calculado proporcionalmente da seguinte forma:

$$CT / VET * VEM = CFD$$

Onde:

CT = Custo Total (R\$)

VET = Volume de Entrada Total (m³)

VEM = Volume de Entrada no Município (m³)

CFD = Cota Fixa Devida (R\$)

No mês de janeiro de cada ano será realizada a manutenção preventiva das máquinas a ser rateada igualmente entre os municípios consorciados beneficiários dos serviços de Britagem, cujo valor estimado para janeiro de 2023 é de R\$ 24.184,30, o que perfaz um valor de Cota

Fixa de manutenção preventiva estimada em R\$ 217.658,73 para janeiro de 2023, conforme Anexo I.

Os demais custos da Britagem, compostos pelas manutenções corretivas das máquinas, veículos e encargos trabalhistas da equipe serão rateados igualmente entre todos os municípios beneficiários dos serviços de Britagem, contemplados ou não no período.

Existindo necessidade de manutenção corretiva será adotado o mesmo procedimento, cujo valor será lançado na Cota Variável, por se tratar de evento não aferível ou estimável por ocasião da assinatura desse Contrato.

Havendo necessidade de paralização dos serviços com recolhimento de equipe ou equipes à sede do CONDESU, sem vinculação a qualquer município consorciado, será adotado o mesmo critério.

c) Call Center

A Cota Fixa do Call Center, composta pelas despesas com a disponibilização de equipe, sistema informatizado e equipamentos para atender às demandas da manutenção da Iluminação Pública (IP), será rateada igualmente entre todos os municípios consorciados beneficiários dos serviços de Call Center e Iluminação Pública, tendo um valor estimado mensal de R\$ 32.732,60, para um custo anual estimado de R\$ 392.791,18, conforme Anexo I.

II - COTA VARIÁVEL

Os serviços da Cota Variável, compreendem essencialmente, mas, não exclusivamente:

a) serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, através das atividades operacionais de coleta, transbordo/transporte, triagem para fins de reutilização ou

reciclagem e destinação final dos resíduos sólidos, de forma atender a Política Nacional de Resíduos Sólidos;

- b) coleta, transporte e destinação final dos resíduos de saúde;
- c) serviços públicos de locação de máquinas, equipamentos e caminhões, para atendimento às demandas dos municípios consorciados;
- d) serviços contínuos no sistema de Iluminação Pública, para iluminação de praças, jardins e ornamental, envolvendo a manutenção corretiva e preventiva, operação, reforma, elaboração de projetos para inserção de medidores de consumo de energia elétrica padrão das concessionárias em praças públicas, obras de expansão e melhorias nos municípios consorciados – exceto os serviços de call center;
- e) emplacamento e cadastramento georreferenciado de novos pontos de Iluminação Pública, de praças, jardins e ornamental;
- f) inventário patrimonial de novos pontos dos ativos da Iluminação Pública de praças, jardins e ornamental;
- g) mão de obra disponibilizada para as ações específicas, especialmente a conservação do sistema viário urbano e rural dos municípios consorciados;
- h) descarte do lixo eletrônico, gesso, isopor, pneus e resíduos volumosos;
- i) reciclagem de lâmpadas, coleta, transporte, descontaminação e destinação final;
- j) adequação das Áreas de Transbordo e Triagem destinadas à britagem de Resíduos da Construção Civil (RCC), conforme solicitada nos pareceres técnicos emitidos pela CETESB (cercamento adequado, drenagem das águas pluviais, guarita para controle de entrada e saída de veículos, segurança, banheiros e refeitório), em atendimento à NR-24 - condições sanitárias e de conforto nos locais de trabalho;

- k) encerramento e monitoramento dos lixões desativados;
- l) projeto e execução para adequação das lixeiras em áreas rurais e urbanas;
- m) serviços públicos de varrição manual de via de logradouros públicos, capinação manual, pintura de guias e vias de logradouros públicos, limpeza de bocas de lobo, galerias, canais e córregos, poda, desbaste e arranque de árvores e limpeza de praças e jardins e poda especial no entorno de postes de iluminação pública;
- n) serviços especializados de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, através das atividades operacionais de manutenção e conservação de parques, jardins, praças, lagos, corredores centrais, vias e áreas verdes; e coleta, transporte, triagem para fins de reutilização ou compostagem e destinação final adequada dos resíduos sólidos decorrentes, de forma atender os objetivos e metas da Política Nacional de Resíduos Sólidos e do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos;
- o) execução de acordo com o cronograma das ações, metas e programas de todas as tipologias de resíduos a curto, médio e longo prazo, de acordo com o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Urbanos nos municípios consorciados;
- p) outras despesas relacionadas com as atividades mencionadas nas alíneas anteriores e atividades necessárias à sua execução tais como, publicações de extratos, termos, avisos, editais de convocações e outras publicações na imprensa oficial, cesta básica, vale alimentação, vale transporte, uniformes, EPs, seguro de vida, convênios médicos, gestões, assessorias, consultorias e serviços necessários à seleção de pessoal, ao Serviço de Medicina e Segurança do Trabalho e eSocial, exames para atendimento ao PCMSO e assessoria jurídica trabalhista;
- q) despesas com viagens, hotéis, refeições, gasolina e diesel e demais gastos que forem necessários aos colaboradores do CONDESU, quando estes forem operar equipamento de britagem, pás carregadeiras, triturador de galhos, e quaisquer outros equipamentos

adquiridos, nos municípios fora da sede do CONDESU e em ações específicas desde que aprovadas pela Coordenadoria Técnica;

- i. as despesas relativas a esse item deverão ser previamente discriminadas no plano de trabalho a ser executado e apresentadas ao município consorciado para a sua aprovação e alocação dos valores necessários às despesas.

- r) despesas referentes às contrapartidas de programas do Governo Estadual e Governo Federal aos quais se filiar o CONDESU de acordo com o Plano de Atividades, e, para os quais for contemplado com recursos;

- s) despesas com a compra de equipamentos, máquinas e utensílios para a otimização das ações e serviços prestados pelo CONDESU a serem rateadas de acordo com a quota parte de cada município aderente ao Plano de Ação previamente aprovado pelo Conselho Técnico;

- t) contratação de empresa especializada, com as certificações exigidas pela ANEEL, no desenvolvimento de projetos de Eficiência Energética para possibilitar aos municípios consorciados e ao CONDESU se candidatarem à obtenção da verba oferecida pelo Governo Estadual e Governo Federal de recursos provenientes das concessionárias de energia elétrica para aplicação em ações de eficiência energética;

- u) despesas com modernização, ampliação, manutenção corretiva e preventiva em semáforos de trânsito nos municípios consorciados;

- v) contratação de assessoria jurídica especializada em direito penal para acompanhamento e defesa do CONDESU e de seus colaboradores em processos judiciais, investigações, e demais ocorrências correlatas;

Fica estipulado que a Cota Variável será cobrada preferencialmente consoante a utilização, pelo número de ações ou serviços efetivados por cada município consorciado, isoladamente ou em grupo, de acordo com os serviços efetivamente disponibilizados e executados mediante

cobrança individualizada a cada município tomador, conforme relatórios emitidos pelo CONDESU.

§1º. Os custos dos serviços poderão ser revistos sempre que existirem alterações de preços que determinem sua majoração.

§2º. Fazem parte da Cota Variável as despesas com encargos trabalhistas decorrentes de ações judiciais que deverão ser suportadas pelos consorciados tomadores dos serviços quando prestados diretamente aos municípios e rateados entre todos os consorciados quando decorrentes dos serviços administrativos, de britagem ou do call center, que para o ano de 2023 fica estimado em R\$ 500.000,00, devendo ser provisionado na proporção de 1/12 avos por mês juntamente com as despesas de pessoal.

§3º. Quaisquer serviços prestados pelo CONDESU que não estejam previstos como Cota Fixa no presente termo, ou forem objeto de Contrato de Rateio específico, serão inseridos na Cota Variável e realizados a conta exclusiva do município solicitante, faturado conjuntamente com a Cota Fixa a seu cargo.

§4º. O faturamento se dará todo dia primeiro de cada mês mediante emissão de boleto bancário, para seu pontual pagamento até o dia 20 (vinte) do mesmo mês.

§5º O repasse para pagamento dos empregados do CONDESU, que prestem serviços nas unidades municipais deverá ser impreterivelmente até o 3º dia útil do mês seguinte.

§6º O descumprimento do estabelecido nos parágrafos anteriores autoriza o CONDESU a suspender os serviços a serem prestados, independentemente de qualquer prévio aviso ou notificação ao inadimplente e/ou utilizar quaisquer verbas disponibilizadas pelos consorciados para o pagamento.

§7º. Em decorrência da alteração do art. 51, inciso XII, do Estatuto do CONDESU que suprime o crédito tributário decorrente das retenções do ISSQN sobre os serviços dos prestadores

contratados em favor dos Municípios e havendo cobrança para o recolhimento, integra a Cota Variável os valores a serem recolhidos a título de ISSQN.

CLÁUSULA QUARTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

Os municípios consorciados têm o direito à utilização dos serviços objeto do presente ajuste, cumprindo ao CONDESU prestar os serviços de forma adequada, segura e eficiente, com universalidade e gratuidade aos usuários.

§1º. Os Municípios consorciados, ficam obrigados a:

I – Consignar, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio;

II – Proceder aos pagamentos conforme estipulado no presente termo e dentro dos prazos fixados;

III – Responder solidariamente pelos encargos sociais em caso de inadimplência do presente ajuste, eximindo o CONDESU do recolhimento se não repassado pelos municípios os valores devidos, podendo inclusive recolher parcialmente de acordo com as cotas liquidadas de cada consorciado;

IV – Em caso de não pagamento, pelo município, de serviços prestados com decorrente pendência no pagamento de tributos pelo CONDESU, além de ficar solidariamente obrigado, o município pagará ao CONDESU multa correspondente a 50% (cinquenta por cento) do valor devido a ser cobrada juntamente com o tributo na fatura da Cota Variável do mês em que se deu o pagamento pelo Consórcio;

V – Reincidindo a inadimplência, o CONDESU fica autorizado a compensar o valor com qualquer valor repassado pelo município devedor ao Consórcio, sob qualquer título.

§2º. O CONDESU fica obrigado a:

I – Aplicar os recursos entregues por meio de contrato de rateio para o exclusivo atendimento dos serviços objeto do presente contrato;

II – Fornecer as informações necessárias das despesas realizadas com os recursos entregues em virtude de contrato de rateio, de forma que possam ser contabilizadas nas contas de cada um dos municípios consorciados;

III – Prestar os serviços de forma adequada, segura e eficiente;

IV – Prestar contas do movimento mensal dos serviços faturados tanto na parte fixa, quanto na variável, apresentando os relatórios das despesas.

§3º. A prestação de contas devida pelo CONDESU se aperfeiçoa integralmente com a aprovação das contas anuais pela Assembleia Geral.

CLÁUSULA QUINTA – VIGÊNCIA

O presente Contrato de Rateio tem vigência pelo prazo de 01 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023, coincidindo com o Exercício Financeiro.

CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

O valor estimado para o presente Contrato de Rateio é de R\$ 81.244.739,42, conforme Plano Orçamentário aprovado pelo Conselho Fiscal e pela Assembleia de Prefeitos (vide Anexo II).

As despesas decorrentes do presente ajuste onerarão as rubricas designadas na Proposta Orçamentária de cada município, consolidadas no Orçamento Anual do CONDESU.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

Os Municípios signatários que não procederem aos pagamentos das faturas, nas datas aprazadas, poderão sofrer as seguintes penas:

- a) advertência;
- b) multa de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, em caso de reincidência;
- c) suspensão temporária dos serviços por parte do CONDESU, nos moldes previstos nesse termo, sendo que esta última hipótese, somente será possível em caso da inadimplência seja igual ou superior a dois faturamentos em aberto.

§1º. A suspensão definitiva dos serviços poderá se dar nas seguintes oportunidades:

- a) pela inadimplência reiterada e contumaz, caracterizada pelo não atendimento das cobranças realizadas pelo CONDESU relativa a qualquer cota ou serviço;
- b) pela não consignação, por parte do município signatário, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio do presente.

§2º. As sanções previstas nessa Cláusula serão aplicadas independentemente de outras previstas no presente termo e de eventual responsabilização administrativa, cível e criminal que sejam aplicáveis.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

A rescisão do presente contrato, poderá se dar:

- a) pela vontade manifesta das partes contratantes em mútuo acordo;
- b) pela inadimplência total de seus signatários;
- c) pela extinção do CONDESU.

Em caso da rescisão se dar por culpa do CONDESU, ser-lhe-ão aplicáveis as penalidades previstas na Lei 8.666, de 21 de junho de 1993.

Em caso de rescisão por iniciativa de consorciado, a mesma somente surtirá efeito após a liquidação de todos os débitos que estiverem em aberto para com o CONDESU, pelo município solicitante.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Cosmópolis para deslinde de qualquer questão que eventualmente surja por força do presente contrato, com prejuízo de qualquer outro por mais privilegiado que seja (p. 2º, art. 55, L. 8.666/93).

E por estarem justos e certos, firmam, os contratantes, o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo arroladas.

Cosmópolis, 16 de dezembro de 2022.

Julio Cezar Simon Carmona
Superintendente

Lucas Sia Rissato
Prefeito Municipal de Artur Nogueira/SP

Luiz Antonio Braz
Município de Campo Limpo Paulista/SP

Luiz Vanderlei Magnusson
Prefeito Municipal de Conchal/SP

José Adinan Ortolan
Prefeito Municipal de Cordeirópolis/SP

Antônio Cláudio Felisbino Junior
Prefeito Municipal de Cosmópolis/SP

Zeedvaldo Alves de Miranda
Prefeito Municipal de Engenheiro Coelho/SP

Fernando Henrique Capato
Prefeito Municipal de Holambra/SP

Marcio Gustavo Bernardes Reis
Prefeito Municipal de Jaguariúna/SP

Aparecido Ferrari
Prefeito Municipal de Matão/SP

João Leandro Lolli
Prefeito Municipal de Santo Antonio de Posse/SP

Testemunhas:

Ettore Sichieri de Godoy
RG n. 37.969.073-1 SSP/SP
Coordenador Geral

Maximiano Nogueira dos Santos
RG n. 45.754.675-X SSP/SP
Coordenador Administrativo

ANEXO I

COTA FIXA – ADMINISTRATIVA

TABELA 1 - CUSTO FIXO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

I – DESPESAS COM RECURSOS HUMANOS		
FOLHA DE PAGAMENTO (COM ENCARGOS)	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL (12 MESES)
Superintendente (1)	R\$ 17.445,86	R\$ 209.350,31
Coordenador Geral (1)	R\$ 14.114,09	R\$ 169.369,11
Coordenador Técnico (1)	R\$ 13.442,98	R\$ 161.315,75
Supervisor de Planejamento Ambiental (1)	R\$ 8.339,03	R\$ 100.068,36
Coordenador Administrativo (1)	R\$ 10.161,98	R\$ 121.943,79
Coordenador Financeiro e de Patrimônio (1)	R\$ 8.691,25	R\$ 104.294,94
Assessor Técnico (1)	R\$ 5.649,82	R\$ 67.797,82
Assessor de Recursos Humanos (1)	R\$ 6.643,00	R\$ 79.716,03
Assessor Administrativo (1)	R\$ 5.908,43	R\$ 70.901,12
Auxiliar Administrativo (2)	R\$ 7.149,21	R\$ 85.790,49
Técnico em Segurança do Trabalho (1)	R\$ 5.908,43	R\$ 70.901,12
Chefe do Setor de Call Center (1)	R\$ 3.346,14	R\$ 40.153,68
Servente de Limpeza (1)	R\$ 2.627,43	R\$ 31.529,16
Subtotal Despesas com Recursos Humanos	R\$ 109.427,64	R\$ 1.313.131,67
II – DESPESAS GERAIS ADMINISTRATIVAS		
DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL (12 MESES)
Adiantamento de Despesas Miúdas	R\$ 3.000,00	R\$ 36.000,00
Advogado Trabalhista e Penal	R\$ 14.000,00	R\$ 168.000,00
Assessoria Jurídica	R\$ 12.200,00	R\$ 146.400,00
Assessoria Contábil	R\$ 8.900,00	R\$ 106.800,00
Aluguel/Energia/Água/Esgoto/Manutenções/Seguros	R\$ 10.000,00	R\$ 120.000,00
Manutenção Máquinas e Equipamentos	R\$ 500,00	R\$ 6.000,00
Materiais de Limpeza e Cozinha	R\$ 800,00	R\$ 9.600,00
Materiais de Escritório / Aluguel Copiadora	R\$ 4.824,83	R\$ 57.897,96
Consultoria Segurança do Trabalho	R\$ 3.800,00	R\$ 45.600,00
Combustíveis	R\$ 2.000,00	R\$ 24.000,00
Softwares Administrativos	R\$ 7.000,00	R\$ 84.000,00

Aquisição de Material Permanente	R\$ 1.700,00	R\$ 20.400,00
Vale Transporte e Seguro de Vida dos Funcionários	R\$ 3.000,00	R\$ 36.000,00
Tarifas Bancárias	R\$ 2.800,00	R\$ 33.600,00
Estagiários	R\$ 2.604,00	R\$ 31.248,00
Pedágio	R\$ 500,00	R\$ 6.000,00
Serviço de Coleta e Entrega Rápida de Documentos	R\$ 3.700,00	R\$ 44.400,00
Locação de Veículo	R\$ 2.200,00	R\$ 26.400,00
Telefone / Internet / Manutenção Site	R\$ 5.000,00	R\$ 60.000,00
Publicações Legais	R\$ 2.000,00	R\$ 24.000,00
Subtotal Despesas Gerais Administrativas	R\$ 90.528,83	R\$ 1.086.345,96
CUSTO FIXO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL (12 MESES)
TOTAL	R\$ 199.956,47	R\$ 2.399.477,63

TABELA 2 – CUSTO FIXO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS POR MUNICÍPIO

MUNICÍPIO	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL (12 MESES)
Artur Nogueira	R\$ 19.995,65	R\$ 239.947,80
Campo Limpo Paulista	R\$ 19.995,65	R\$ 239.947,80
Conchal	R\$ 19.995,65	R\$ 239.947,80
Cordeirópolis	R\$ 19.995,65	R\$ 239.947,80
Cosmópolis	R\$ 19.995,65	R\$ 239.947,80
Engenheiro Coelho	R\$ 19.995,65	R\$ 239.947,80
Holambra	R\$ 19.995,65	R\$ 239.947,80
Jaguariúna	R\$ 19.995,65	R\$ 239.947,80
Matão	R\$ 19.995,65	R\$ 239.947,80
Santo Antônio de Posse	R\$ 19.995,65	R\$ 239.947,80
TOTAL	R\$ 199.956,47	R\$ 2.399.477,63

COTA FIXA – BRITAGEM

TABELA 3 - CUSTO FIXO DAS DESPESAS COM BRITAGEM (ESTIMATIVA 11 MESES)

I – DESPESAS COM RECURSOS HUMANOS		
FOLHA DE PAGAMENTO (COM ENCARGOS)	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL (11 MESES)
Supervisor Operacional (1)	R\$ 14.465,63	R\$ 159.121,98
Operador de Britagem (4)	R\$ 37.806,57	R\$ 415.872,30
Ajudante Geral (4)	R\$ 14.886,52	R\$ 163.751,72
Subtotal Despesas com Recursos Humanos	R\$ 67.158,73	R\$ 738.746,00
II – DESPESAS GERAIS DA ATIVIDADE		
DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL (11 MESES)
Combustível	R\$ 6.300,00	R\$ 69.300,00
Manutenção Mecânica e Elétrica ¹	R\$ 5.600,00	R\$ 61.600,00
Peças de Reposição ¹	R\$ 6.000,00	R\$ 66.000,00
Refeições	R\$ 5.500,00	R\$ 60.500,00
Lavagem de Veículos	R\$ 300,00	R\$ 3.300,00
Seguro de Vida dos Funcionários	R\$ 80,00	R\$ 880,00
Subtotal Despesas Gerais da Atividade	R\$ 23.780,00	R\$ 261.580,00
CUSTO FIXO DAS DESPESAS COM BRITAGEM (ESTIMATIVA)	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL (11 MESES)
TOTAL	R\$ 90.938,73	R\$ 1.000.326,00

¹ - Manutenções e peças não programadas

TABELA 4 - CUSTO FIXO MENSAL DAS DESPESAS COM BRITAGEM (ESTIMATIVA 11 MESES) POR MUNICÍPIO

MUNICÍPIO	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL (11 MESES)
Artur Nogueira	R\$ 10.104,30	R\$ 111.147,30
Conchal	R\$ 10.104,30	R\$ 111.147,30
Cordeirópolis	R\$ 10.104,30	R\$ 111.147,30
Cosmópolis	R\$ 10.104,30	R\$ 111.147,30

Engenheiro Coelho	R\$ 10.104,30	R\$ 111.147,30
Holambra	R\$ 10.104,30	R\$ 111.147,30
Jaguariúna	R\$ 10.104,30	R\$ 111.147,30
Matão	R\$ 10.104,30	R\$ 111.147,30
Santo Antônio de Posse	R\$ 10.104,30	R\$ 111.147,30
TOTAL	R\$ 90.938,73	R\$ 1.000.326,00

TABELA 5 – CUSTO FIXO DAS DESPESAS COM BRITAGEM (PARA O MÊS DE JANEIRO)

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR
Folha de Pagamento	R\$ 67.158,73
Equipamentos de Proteção (EPI)	R\$ 6.000,00
Lubrificantes	R\$ 10.000,00
Jogo de Martelo dos Britadores (6)	R\$ 85.000,00
Correias (2)	R\$ 10.000,00
Pneus para Pá Carregadeira (2)	R\$ 12.000,00
Troca de Óleo	R\$ 10.000,00
IPVA e Licenciamentos	R\$ 5.000,00
Pneus para Kombi (8)	R\$ 4.500,00
Manutenção Caminhão	R\$ 8.000,00
TOTAL	R\$ 217,658,73

TABELA 6 – CUSTO FIXO DAS DESPESAS COM BRITAGEM (PARA O MÊS DE JANEIRO)
POR MUNICÍPIO

MUNICÍPIO	VALOR MENSAL
Artur Nogueira	R\$ 24.184,30
Conchal	R\$ 24.184,30
Cordeirópolis	R\$ 24.184,30
Cosmópolis	R\$ 24.184,30

Engenheiro Coelho	R\$ 24.184,30
Holambra	R\$ 24.184,30
Jaguariúna	R\$ 24.184,30
Matão	R\$ 24.184,30
Santo Antônio de Posse	R\$ 24.184,30
TOTAL	R\$ 217,658,73

COTA FIXA – CALL CENTER

TABELA 7 - CUSTO FIXO DAS DESPESAS COM CALL CENTER (ESTIMATIVA)

I – DESPESAS COM RECURSOS HUMANOS		
FOLHA DE PAGAMENTO (COM ENCARGOS)	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL (12 MESES)
Inspetor do Sistema de Iluminação Pública (1)	R\$ 5.426,84	R\$ 65.122,05
Atendente de Call Center (2)	R\$ 6.785,59	R\$ 81.427,05
Servente de Limpeza (1)	R\$ 2.890,17	R\$ 34.682,08
Subtotal Despesas com Recursos Humanos	R\$ 15.102,60	R\$ 181.231,18
II – DESPESAS GERAIS DA ATIVIDADE		
DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL (12 MESES)
Software de Gestão de Iluminação Pública	R\$ 13.375,00	R\$ 160.500,00
IPVA Motos	R\$ 80,00	R\$ 960,00
Seguro Motos	R\$ 150,00	R\$ 1.800,00
Combustível	R\$ 200,00	R\$ 2.400,00
Adiantamento de Despesas Miúdas	R\$ 300,00	R\$ 3.600,00
Telefones Fixo / 0800	R\$ 3.500,00	R\$ 42.000,00
Seguro de Vida dos Funcionários	R\$ 25,00	R\$ 300,00
Subtotal Despesas Gerais da Atividade	R\$ 17.630,00	R\$ 211.560,00
CUSTO FIXO DAS DESPESAS COM CALL CENTER (ESTIMATIVA)	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL (11 MESES)
TOTAL	R\$ 32.732,60	R\$ 392.791,18

TABELA 8 - CUSTO FIXO MENSAL DAS DESPESAS COM CALL CENTER (ESTIMATIVA)
POR MUNICÍPIO

MUNICÍPIO	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL (12 MESES)
Artur Nogueira	R\$ 3.636,96	R\$ 43.643,46
Conchal	R\$ 3.636,96	R\$ 43.643,46
Cordeirópolis	R\$ 3.636,96	R\$ 43.643,46
Cosmópolis	R\$ 3.636,96	R\$ 43.643,46
Engenheiro Coelho	R\$ 3.636,96	R\$ 43.643,46
Holambra	R\$ 3.636,96	R\$ 43.643,46
Jaguariúna	R\$ 3.636,96	R\$ 43.643,46
Matão	R\$ 3.636,96	R\$ 43.643,46
Santo Antônio de Posse	R\$ 3.636,96	R\$ 43.643,46
TOTAL	R\$ 32.732,60	R\$ 392.791,18

ANEXO II

PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA MUNICÍPIOS - EXERCÍCIO 2023

Município de Artur Nogueira:

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	PREVISÃO (R\$)
Resíduos Sólidos Domiciliares	5.054.237,16
Resíduos dos Serviços de Saúde	266.760,00
Cota Fixa – Administrativa	239.947,80
Cota Fixa – Britagem (estimativa 11 meses)	111.147,33
Cota Fixa – Call Center / I.P.	43.643,46
Cota Fixa – Britagem (estimativa janeiro)	24.184,30
Fornecimento, Manutenção e Higienização de Contêineres PEAD de 1.000 litros	2.641.440,00
Coleta Mecanizada dos Resíduos Recicláveis	180.425,52
Fornecimento, Operação, Manutenção, e Higienização de Contêineres Subterrâneos de 3.000 litros	731.172,00
Implantação, Operação e Manutenção de ECOPONTOS	704.087,04
Coleta e Transporte de Resíduos da Construção Civil e Coleta de Resíduos de Poda e Volumosos	366.117,12
Serviços Complementares (Máquinas)	500.000,00
Salários, Vale Refeição, EPIs, Encargos (19 colaboradores)	789.342,70
Serviços de Iluminação Pública	1.100.000,00
Serviços de Limpeza, Varrição e Conservação de Áreas Verdes	3.600.000,00
TOTAL	16.352.504,43

Município de Campo Limpo Paulista:

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	PREVISÃO (R\$)
Cota Fixa – Administrativa	239.947,80
TOTAL	239.947,80

Município de Conchal:

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	PREVISÃO (R\$)
Resíduos Sólidos Domiciliares	1.545.542,40
Fornecimento, Manutenção e Higienização de Contêineres PEAD de 1.000 litros	528.288,00
Coleta Mecanizada dos Resíduos Recicláveis	120.283,68
Fornecimento, Operação, Manutenção, e Higienização de Contêineres Subterrâneos de 3.000 litros	365.586,00
Implantação, Operação e Manutenção de ECOPONTOS	352.043,52
Coleta e Transporte de Resíduos da Construção Civil e Coleta de Resíduos de Poda e Volumosos	244.078,08
Resíduos dos Serviços de Saúde	136.800,00
Cota Fixa – Administrativa	239.947,80
Cota Fixa – Britagem (estimativa 11 meses)	111.147,33
Cota Fixa – Call Center / I.P.	43.643,46
Cota Fixa – Britagem (estimativa janeiro)	24.184,30
Salários, Vale Refeição, EPIs, Encargos (20 colaboradores)	911.346,47
Serviços Complementares (Máquinas)	1.000.000,00
Serviços de Iluminação Pública	1.309.000,00
Serviços de Limpeza, Varrição e Conservação de Áreas Verdes	1.000.000,00
TOTAL	7.931.891,04

Município de Cordeirópolis:

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	PREVISÃO (R\$)
Cota Fixa – Administrativa	239.947,80
Cota Fixa – Britagem (estimativa 11 meses)	111.147,33
Cota Fixa – Call Center / I.P.	43.643,46
Cota Fixa – Britagem (estimativa janeiro)	24.184,30
Salários, Vale Refeição, EPIs, Encargos (12 colaboradores)	838.768,37
Serviços Complementares (Máquinas)	1.300.000,00

Serviços de Iluminação Pública	700.000,00
TOTAL	3.257.691,26

Município de Cosmópolis:

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	PREVISÃO (R\$)
Resíduos dos Serviços de Saúde	369.360,00
Cota Fixa – Administrativa	239.947,80
Cota Fixa – Britagem (estimativa 11 meses)	111.147,33
Cota Fixa – Call Center / I.P.	43.643,46
Cota Fixa – Britagem (estimativa janeiro)	24.184,30
Salários, Vale Refeição, EPIs, Encargos (17 colaboradores)	856.598,33
Serviços de Iluminação Pública	3.500.000,00
Implantação, Operação e Manutenção de ECOPONTOS	352.043,52
Coleta e Transporte de Resíduos da Construção Civil e Coleta de Resíduos de Poda e Volumosos	305.097,60
TOTAL	5.802.022,34

Município de Engenheiro Coelho:

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	PREVISÃO (R\$)
Resíduos Sólidos Domiciliares	1.712.199,84
Fornecimento, Manutenção e Higienização de Contêineres PEAD de 1.000 litros	264.144,00
Coleta Mecanizada dos Resíduos Recicláveis	90.212,76
Fornecimento, Operação, Manutenção, e Higienização de Contêineres Subterrâneos de 3.000 litros	365.586,00
Implantação, Operação e Manutenção de ECOPONTOS	352.043,52
Coleta e Transporte de Resíduos da Construção Civil e Coleta de Resíduos de Poda e Volumosos	183.058,56
Resíduos dos Serviços de Saúde	68.400,00
Cota Fixa – Administrativa	239.947,80

Cota Fixa – Britagem (estimativa 11 meses)	111.147,33
Cota Fixa – Call Center / I.P.	43.643,46
Cota Fixa – Britagem (estimativa janeiro)	24.184,30
Salários, Vale Refeição, EPIs, Encargos (6 colaboradores)	386.387,80
Serviços Complementares (Máquinas)	50.000,00
Serviços de Iluminação Pública	325.000,00
Serviços de Limpeza, Varrição e Conservação de Áreas Verdes	1.500.000,00
TOTAL	5.715.955,37

Município de Holambra:

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	PREVISÃO (R\$)
Resíduos Sólidos Domiciliares	1.626.159,36
Fornecimento, Manutenção e Higienização de Contêineres PEAD de 1.000 litros	264.144,00
Coleta Mecanizada dos Resíduos Recicláveis	90.212,76
Fornecimento, Operação, Manutenção, e Higienização de Contêineres Subterrâneos de 3.000 litros	365.586,00
Implantação, Operação e Manutenção de ECOPONTOS	352.043,52
Coleta e Transporte de Resíduos da Construção Civil e Coleta de Resíduos de Poda e Volumosos	183.058,56
Resíduos dos Serviços de Saúde	171.000,00
Cota Fixa – Administrativa	239.947,80
Cota Fixa – Britagem (estimativa 11 meses)	111.147,33
Cota Fixa – Call Center / I.P.	43.643,46
Cota Fixa – Britagem (estimativa janeiro)	24.184,30
Serviços Complementares (Máquinas)	1.200.000,00
Salários, Vale Refeição, EPIs, Encargos (12 colaboradores)	588.249,96
Serviços de Limpeza, Varrição e Conservação de Áreas Verdes	1.440.000,00
Serviços de Iluminação Pública	600.000,00
TOTAL	7.299.377,05

Município de Jaguariúna:

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	PREVISÃO (R\$)
Resíduos Sólidos Domiciliares	8.861.241,36
Fornecimento, Manutenção e Higienização de Contêineres PEAD de 1.000 litros	3.962.160,00
Coleta Mecanizada dos Resíduos Recicláveis	180.425,52
Fornecimento, Operação, Manutenção, e Higienização de Contêineres Subterrâneos de 3.000 litros	1.462.344,00
Implantação, Operação e Manutenção de ECOPONTOS	1.408.174,08
Coleta e Transporte de Resíduos da Construção Civil e Coleta de Resíduos de Poda e Volumosos	366.117,12
Resíduos dos Serviços de Saúde	136.800,00
Cota Fixa – Administrativa	239.947,80
Cota Fixa – Britagem (estimativa 11 meses)	111.147,33
Cota Fixa – Call Center / I.P.	43.643,46
Cota Fixa – Britagem (estimativa janeiro)	24.184,30
Salários, Vale Refeição, EPs, Encargos (110 colaboradores)	5.216.355,80
TOTAL	22.012.540,77

Município de Matão:

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	PREVISÃO (R\$)
Cota Fixa – Administrativa	239.947,80
Cota Fixa – Britagem (estimativa 11 meses)	111.147,33
Cota Fixa – Call Center / I.P.	43.643,46
Cota Fixa – Britagem (estimativa janeiro)	24.184,30
Salários, Vale Refeição, EPs, Encargos (19 colaboradores)	759.172,83
Serviços Complementares (Máquinas)	2.401.841,67
TOTAL	3.579.937,39

Município de Santo Antônio de Posse:

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	PREVISÃO (R\$)
Resíduos Sólidos Domiciliares	2.132.160,24
Fornecimento, Manutenção e Higienização de Contêineres PEAD de 1.000 litros	528.288,00
Coleta Mecanizada dos Resíduos Recicláveis	90.212,76
Fornecimento, Operação, Manutenção, e Higienização de Contêineres Subterrâneos de 3.000 litros	365.586,00
Implantação, Operação e Manutenção de ECOPONTOS	352.043,52
Coleta e Transporte de Resíduos da Construção Civil e Coleta de Resíduos de Poda e Volumosos	183.058,56
Resíduos dos Serviços de Saúde	102.600,00
Serviços Complementares (Máquinas)	2.000.000,00
Cota Fixa – Administrativa	239.947,80
Cota Fixa – Britagem (estimativa 11 meses)	111.147,33
Cota Fixa – Call Center / I.P.	43.643,46
Cota Fixa – Britagem (estimativa janeiro)	24.184,30
Serviços de Iluminação Pública	680.000,00
Serviços de Limpeza, Varrição e Conservação de Áreas Verdes	2.200.000,00
TOTAL	9.052.871,97
TOTAL CONSOLIDADO PARA O EXERCÍCIO DE 2023	81.244.739,42



**ESTATUTO
CONSOLIDADO EM 21 DE DEZEMBRO DE 2021**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - CONDESU.
CNPJ N° 11.166.922/0001-90.

SUMÁRIO

PREÂMBULO

TÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

CAPÍTULO I - DO CONSORCIAMENTO

CAPÍTULO II - DOS CONCEITOS

CAPÍTULO III - DA DENOMINAÇÃO, PRAZO E SEDE

CAPÍTULO IV - DAS FINALIDADES

TÍTULO II - DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL

CAPÍTULO I - DOS ÓRGÃOS

Seção I - Do funcionamento

Seção II - Das Competências

Seção III - Das Atas

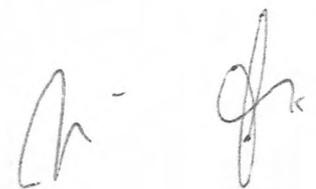
CAPÍTULO II - DA SUPERINTENDÊNCIA

CAPÍTULO III - DO CONSELHO TÉCNICO

CAPÍTULO IV - DA SECRETARIA EXECUTIVA

CAPÍTULO V - DA ELEIÇÃO E DA DESTITUIÇÃO DO PRESIDENTE E DOS ADMINISTRADORES

CAPÍTULO VI - DO CONSELHO FISCAL



TÍTULO III – DOS RECURSOS HUMANOS

CAPÍTULO I - DAS ADMISSÕES DE PESSOAL

TÍTULO IV – DOS CONTRATOS, CONVÊNIOS E ATOS ANÁLOGOS

CAPÍTULO I – DAS COMPRAS E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS

CAPÍTULO II - DOS CONTRATOS DE GESTÃO E TERMOS DE PARCERIA

CAPÍTULO III – DOS CONVÊNIOS

CAPÍTULO IV – DOS CONTRATOS DE RATEIO

TÍTULO V – DAS FINANÇAS

CAPÍTULO I - PATRIMÔNIO E RECURSOS FINANCEIROS

TÍTULO VI – DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

CAPÍTULO I – DEMISSÃO OU RETIRADA, EXCLUSÃO, DISSOLUÇÃO, DIREITOS E DEVERES

Seção I – Da Demissão ou Retirada

Seção II – Da Exclusão

Seção III – Da Extinção

Seção IV – Direitos e Deveres

CAPÍTULO II - DISPOSIÇÕES FINAIS

CAPÍTULO III – DO FORO

[Handwritten signature]

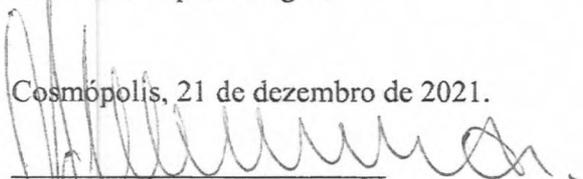
PREÂMBULO

A Proposta de Alteração Estatutária, promove inicialmente a alteração da denominação do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL NA ÁREA DE SANEAMENTO AMBIENTAL – CONSAB, que passa a ser denominado CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – CONDESU e inclui entre suas finalidades, o planejamento e execução com os municípios consorciados de ações e serviços para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, de acordo com a Agenda 2030 da ONU.

Desta forma as principais alterações propostas são a) alteração de da denominação do Consórcio que passa a ser denominado como CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – CONDESU; b) alteração do inciso VIII, do art. 7º, para a inclusão entre as finalidades do Consórcio o planejamento e execução com os municípios consorciados de ações e serviços para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, de acordo com a Agenda 2030 da ONU; c) renumeração do atual inciso VIII para inciso XI de acordo com a inclusão da nova finalidade.

Apresentamos desta forma a presente proposta de revisão estatutária nº 01/2021, formalizada com fundamento no disposto no inciso II, do art. 59 do Código Civil, c.c. na alínea “k” do art. 20 do Estatuto Social/Contrato de Consórcio do CONSAB, ora CONDESU, que passa a vigorar com a redação consolidada que se segue.

Cosmópolis, 21 de dezembro de 2021.


Dr. Luiz Vanderlei Magnusson

Presidente do Consórcio CONDESU e Prefeito de Conchal

TÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

CAPÍTULO I - DO CONSORCIAMENTO

Art. 1º. São subscritores do Protocolo de Intenções e instituidores do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – CONDESU, os seguintes Municípios:

Município de Artur Nogueira/SP, CNPJ nº 45.735.552/0001-86 com sede na Rua 10 de abril nº 629, centro, Artur Nogueira SP, CEP 13160-000; **Município de Conchal/SP**, CNPJ nº 45.331.188/0001-99 com sede na Rua Francisco Ferreira Alves, nº 364, centro, Conchal SP, CEP 13835-000; **Município de Cosmópolis/SP**, CNPJ nº 44.730.331/0001-52, com sede na Rua Dr. Campos Sales, 398, centro, Cosmópolis SP, CEP 13150-000, **Município de Engenheiro Coelho/SP**, CNPJ nº 67.996.363/0001-08, com sede na Rua Domingos Franco de Oliveira nº 1645, Parque das Industrias, Engenheiro Coelho SP, CEP 13165-000, **Município de Santo Antônio de Posse/SP**, CNPJ nº 45.331.196/0001-35, com sede na Praça Chafia Chaib Baracat nº 351, Vila Esperança, Santo Antônio de Posse SP, CEP 13830-000.

Parágrafo Primeiro. Integram o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – CONDESU, **por adesão** ao seu ESTATUTO SOCIAL/CONTRATO DE CONSÓRCIO os seguintes Municípios:

Município de Estância Turística de Holambra/SP, CNPJ nº 67.172.437/0001-83 com sede na Alameda Maurício de Nassau nº 444, centro, Holambra/SP, CEP 13825-000, **Município de Jaguariúna/SP**, CNPJ nº 46.410.866/0001-71, com sede na Rua Alfredo Bueno nº 1.235, centro, Jaguariúna SP, CEP; 13.820-000, **Município de Cordeirópolis/SP**, CNPJ nº 44.660.272/0001-93 com sede na Praça Francisco Orlando Stocco nº 35, Centro, Cordeirópolis/SP, CEP 13490-000, **Município de Matão/SP**, CNPJ Nº 45.270.188/0001-26, com sede na Rua Orestes Buzelli nº 1165, Centro, Matão/SP, CEP: 15.990-240.

Parágrafo segundo. É facultado o ingresso de novos associados ao CONSÓRCIO, a qualquer momento e a critério da Assembleia Geral, o que se fará pôr termo aditivo ao Estatuto Social/Contrato de Consórcio, firmado pelo seu Presidente e pelos Prefeitos dos Municípios que desejarem consorciar-se, do qual constará a lei municipal autorizadora.

Parágrafo terceiro. Todos os Municípios criados através de desmembramento ou de fusão de quaisquer dos Municípios signatários ou consorciados, considerar-se-ão signatários do Protocolo de Intenções ou consorciados caso o Município-mãe ou o que tenha participado da fusão ou incorporação seja respectivamente subscritor ou consorciado.

Art. 2º. O Protocolo de Intenções, após sua ratificação mediante lei aprovada pelas Câmaras Municipais de pelo menos dois dos seus subscritores converter-se-á em Contrato de Consórcio, denominado Estatuto Social, ato institucional do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – CONDESU, doravante denominado CONSÓRCIO.

Parágrafo Primeiro - Somente será considerado consorciado o Município subscritor do Protocolo de Intenções que o ratificar por meio de lei.

Parágrafo Segundo - A alteração do Estatuto Social dependerá de instrumento aprovado pela Assembleia Geral, na forma estatutariamente prevista e de acordo com as normas civis aplicáveis às associações privadas, constituídas e regidas em consonância com o art. 44 e art. 59, inciso II, p. único, da Lei Ordinária nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).

CAPÍTULO II - DOS CONCEITOS

Art. 3º. Para os efeitos deste Instrumento e de todos os atos emanados ou subscritos pelo CONSÓRCIO e seus órgãos ou por entes consorciados, consideram-se:

I – ASSEMBLEIA GERAL OU CONSELHO DE PREFEITOS: órgão de deliberação máxima do CONSÓRCIO composto pelos representantes legais dos Municípios consorciados, com competência para deliberar sobre sua constituição, extinção, alteração de seu estatuto, orçamento, planos de trabalho anuais, contratos de rateio, contratos de programa, termos de parceria, fixação de seu quadro de empregados, eleição e nomeação de seu representante legal e administrador (superintendente), eleição da COORDENAÇÃO GERAL e indicação do CONSELHO TÉCNICO;

II – ATO CONJUNTO: ato normativo do CONSÓRCIO expedido conjuntamente por dois ou mais de seus órgãos dentro de suas competências ou em razão de sua delegação;

III – ATO DA SUPERINTENDÊNCIA - ato normativo de efeitos externos ao CONSÓRCIO expedido pela SUPERINTENDÊNCIA dentro de suas competências funcionais ou em razão de sua delegação;

IV – CONSELHO FISCAL – órgão de controle interno do CONSÓRCIO constituído por representantes das secretárias ou diretorias financeiras ou órgão equivalente, com competência para fiscalizar as contas a serem prestadas pela SUPERINTENDÊNCIA do CONSÓRCIO.

V – CONSELHO TÉCNICO: órgão formado por técnicos da área ambiental indicados pelos Municípios consorciados, empossados pela Assembleia Geral e conduzidos pela SUPERINTENDÊNCIA, responsável pelo planejamento das ações e serviços a serem executados no CONSÓRCIO, e seu PLANO DE TRABALHO ANUAL.

VI – CONSÓRCIO PÚBLICO PRIVADO: pessoa jurídica composta exclusivamente por entes da Federação, na forma de pessoa jurídica de direito privado subordinada às regras do direito público quanto à realização de licitações, celebração de contratos, prestação de contas e admissão de pessoal, que será regida pela CLT, para estabelecer relações de cooperação federativa e representação com a finalidade da realização de objetivos de interesse comum, constituída como associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de ente privado da administração pública;

VII – CONTRATO DE CONSÓRCIO OU ESTATUTO SOCIAL – ato jurídico de instituição do CONSÓRCIO decorrente da ratificação do PROTOCOLO DE INTENÇÕES estabelecidos pelos Municípios consorciados e que fixa as regras das relações associativas, estabelecendo sua existência, duração, organização, funcionamento, financiamento, extinção e foro.

VIII – CONTRATO DE GESTÃO: o instrumento firmado entre o Poder Público e a entidade qualificada como organização social, com vistas à formação de parceria entre as partes para fomento e execução de atividades previstas no art. 1º da Lei nº. 9.637, de 15 de maio de 1998;

IX - CONTRATO DE PROGRAMA: instrumento pelo qual são constituídas e reguladas as obrigações que um ente da Federação, inclusive sua administração indireta, tenha para com outro ente da Federação, ou para com consórcio público, no âmbito da prestação de SERVIÇOS PÚBLICOS TARIFADOS por meio de cooperação federativa;

X - CONTRATO DE RATEIO: contrato por meio do qual os entes consorciados comprometem-se a fornecer recursos financeiros para a realização das despesas do consórcio público para seu custeio ou investimentos;

XI - DELIBERAÇÃO: ato normativo do CONSÓRCIO expedido pelo CONSELHO DE PREFEITOS em razão de suas competências ou em razão de sua delegação.

XII - GESTÃO ASSOCIADA DE SERVIÇOS: exercício das atividades de planejamento, regulação ou fiscalização de serviços públicos por meio de consórcio público privado ou de convênio de cooperação entre entes federados, acompanhadas ou não da prestação de serviços públicos ou da transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos, nos termos do art. 241 da Constituição Federal;

XIII - PARCERIA PÚBLICO PRIVADA – o contrato administrativo de concessão na modalidade patrocinada ou administrativa, previsto na Lei Ordinária nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004;

XIV - PLANO DE TRABALHO ANUAL: rol de ações e serviços a serem realizados no período anual pelo CONSÓRCIO, vinculados às suas disponibilidades orçamentárias, com elaboração sob responsabilidade do CONSELHO TÉCNICO;

XV - PORTARIA: ato normativo interno do CONSÓRCIO expedido pela SUPERINTENDÊNCIA dentro de suas competências funcionais ou em razão de sua delegação;

XVI - PRESTAÇÃO REGIONALIZADA: aquela em que um único prestador atende a dois ou mais municípios, contíguos ou não, com uniformidade de fiscalização e regulação dos serviços, inclusive de sua remuneração, e com compatibilidade de planejamento, podendo ter adesão de todos os consorciados ou de parte deles;

XVII - RESOLUÇÃO: ato normativo interno do CONSÓRCIO expedido pela COORDENAÇÃO GERAL dentro de suas competências funcionais ou em razão de sua delegação;

XVIII - SECRETARIA EXECUTIVA: órgão gerencial do CONSÓRCIO, subordinado à SUPERINTENDÊNCIA, responsável pela execução dos trabalhos administrativos, técnicos, financeiros e de movimentação dos recursos humanos, do CONSÓRCIO, chefiada por um COORDENADOR GERAL, coordenadores, supervisores, gerentes e técnicos nomeados pela SUPERINTENDÊNCIA.

XIX - SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO – SPE: pessoa jurídica com a finalidade única de executar um determinado empreendimento ou desenvolver um projeto específico.

XX-SUPERINTENDÊNCIA: órgão de representação do CONSÓRCIO junto às esferas de governo, responsável pela gestão, administração, movimentação financeira e de pessoal com poderes de delegação, responsável pela supervisão dos trabalhos do CONSELHO TÉCNICO e da SECRETARIA EXECUTIVA.

XXI-TERMO DE PARCERIA: o instrumento firmado entre o Poder Público e entidade qualificada como organização da sociedade civil de interesse público, destinado à formação de vínculo de cooperação entre as partes para o fomento e a execução de atividades de interesse público previstas no art. 3º da Lei nº. 9.790, de 23 de março de 1999.

CAPÍTULO III - DA DENOMINAÇÃO, PRAZO E SEDE

Art. 4º. CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – CONDESU, é um consórcio público privado, pessoa jurídica de direito privado com natureza jurídica de associação civil sem fins lucrativos instituído sob a regência do art. 44, do Código Civil.

Parágrafo primeiro – O Consórcio adquirirá personalidade jurídica com a conversão de seu Protocolo de Intenções em Contrato de Consórcio Público (art. 2º, *caput*);

Parágrafo segundo -- Ao CONSÓRCIO em razão de seu caráter de utilidade pública e finalidade não lucrativa, fica reconhecida a sua imunidade tributária, não sendo incidente aos seus serviços ou propriedades quaisquer tributos.

Art. 5º. O Consórcio vigorará por prazo indeterminado.

Art. 6º. A sede do Consórcio é o Município de Cosmópolis, Estado de São Paulo e seu endereço Rua, Baronesa Geraldo de Rezende nº 275, Centro, Cosmópolis SP, CEP; 13.150-031 e sua área de atuação corresponde à soma dos territórios dos Municípios que o integram, que poderá ser expandida em caso de adesão futura de novos municípios nos termos estabelecidos no contrato de consórcio ou estatuto.

Parágrafo Único - A Assembleia Geral do Consórcio, poderá alterar a sede, com a aprovação de pelo menos 2/3 (dois terços) dos votos dos consorciados.



CAPÍTULO IV – DAS FINALIDADES

Art. 7º. As finalidades do Consórcio são:

I – Planejar, adotar e executar projetos e medidas conjuntas destinadas a assegurar o desenvolvimento urbano sustentável na região e a melhoria da qualidade de vida de seus cidadãos, em especial para:

- a) Planejamento das ações de saneamento básico e ambiental, de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos a fim de que sejam realizados de forma adequada à saúde pública e à proteção do meio ambiente.
- b) Articulação das políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental e outras de relevante interesse social voltadas para a melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator determinante.
- c) Integrar os Municípios consorciados aos Protocolos, Programas e Políticas Públicas implementadas pelas três esferas de Governo, Federal, estadual e Municipal, nas suas áreas de atuações.

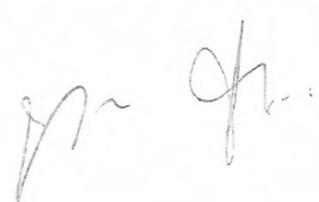
Parágrafo único. Para a concretização das finalidades do CONDESU, serão respeitados os seguintes princípios:

- a) universalização do acesso aos serviços de saneamento básico;
- b) integralidade, compreendida como o conjunto de todas as atividades e componentes de cada um dos diversos serviços de saneamento básico, propiciando à população o acesso a conformidade de suas necessidades e maximizando a eficácia das ações e resultados;
- c) disponibilidade, em todas as áreas urbanas, de serviços de drenagem e de manejo das águas pluviais adequados à saúde pública e à segurança da vida e do patrimônio público e privado;
- d) adoção de métodos, técnicas e processos que considerem as peculiaridades locais e regionais;
- e) eficiência e sustentabilidade econômica;
- f) utilização de tecnologias apropriadas, considerando a capacidade de pagamento dos usuários e a adoção de soluções graduais e progressivas;
- g) transparência das ações, baseada em sistemas de informações e processos decisórios institucionalizados;
- h) controle social;
- i) segurança, qualidade e regularidade;
- j) integração das infraestruturas e serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos.

II – Representar o conjunto dos Municípios que o integram, em assunto de interesse comum, perante quaisquer outras entidades de direito público ou privado, nacionais ou internacionais.

III – Desenvolver serviços e atividades de interesse dos Municípios consorciados, na área de saneamento ambiental, de acordo com os contratos de rateio e contratos de programas aprovados pela Assembleia Geral.

IV – Manter foro permanente de estudo e discussão das questões relativas ao saneamento ambiental, para o desenvolvimento de novas tecnologias e a promoção da educação ambiental.



V – Promover formas articuladas de planejamento do desenvolvimento regional, urbano e rural, criando mecanismos conjuntos para o combate à pobreza e de sua erradicação com o desenvolvimento sustentável, e proteção ambiental, desenvolvendo ações voltadas para a melhoria da qualidade de vida, especialmente:

- a) Planejar, adotar e executar projetos e medidas conjuntas, destinadas a construção e conservação do sistema viário urbano e rural no âmbito territorial dos Municípios consorciados.
- b) Perenizar as vias de escoamento da produção agropastoril e otimizar a malha viária dos municípios consorciados.
- c) Recuperar, manter e melhorar a estrutura viária, dos logradouros, conjuntos habitacionais e assentamentos urbanos de caráter social, assim como a drenagem e o escoamento de águas pluviais nas periferias urbanas.
- d) Conter processos de erosão e de assoreamento dos recursos hídricos em áreas urbanas e rurais.
- e) Dar suporte técnico e logístico às atividades rurais.

VI – Realizar o planejamento, elaboração de projetos, implantação, expansão, operação e manutenção das instalações de iluminação pública, inclusive ornamental, que são de responsabilidade dos municípios, diretamente, por contratação, permissão ou concessão de tais serviços, executando a gestão, manutenção de todo sistema de distribuição, atendimento, operação e reposição de lâmpadas, suportes, chaves, troca de luminárias, transformadores, bulbos, reatores, relés, cabos condutores, braços e materiais de fixação e conexões elétricas ficarão a cargo dos entes municipais, nos termos da Resolução nº. 414 de 2010 e Resolução Normativa nº. 479, de 03/04/2012 da ANEEL.

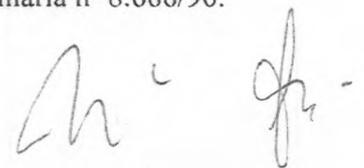
VII – Planejamento, gestão, geração de energia limpa em especial pelo modelo de Geração Distribuída (GD), conforme resoluções normativas ANEEL nº 482 de 17/04/2012 e nº 687 de 24/11/2015, ou outras que o venham substituir ou modificar destinados preferencialmente, mas não exclusivamente destinada a atender à demanda de Iluminação Pública (IP) e próprios dos Municípios consorciados.

VIII – Planejar e executar com os municípios consorciados ações e serviços para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, de acordo com a Agenda 2030 da ONU.

VIII-A - Instituir de acordo com proposta do Conselho Técnico e aprovação da Assembleia Geral, centrais de compras com a finalidade de realizar compras e aquisição de serviços visando economia de escala.

IX – Para o cumprimento de suas finalidades, o Consórcio poderá:

- a) Adquirir os bens que entender necessários, os quais integrarão o seu patrimônio.
- b) Firmar convênios, contratos, contratos de gestão, termos de parceria, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções de outras entidades e órgãos do Governo ou da iniciativa privada, aplicando-se inclusive se necessário os termos do art. 122 da Lei Ordinária nº 8.666/90.



c) Contrair empréstimos, abrir, fechar e movimentar contas correntes em estabelecimentos bancários, emitir, endossar, aceitar cambiais, notas promissórias, duplicatas, cheques e demais títulos de crédito, renunciar a direitos e transigir, dar cauções, avais e fianças em operações de interesse do Consórcio, observadas as disposições estatutárias aplicáveis

d) Prestar a seus associados serviços de qualquer natureza, fornecendo inclusive recursos humanos e materiais, para execução de ações e serviços objeto do presente contrato de consórcio, que lhes correspondam, nos termos do art. 241 da Constituição Federal, e do Contrato de Consórcio/Estatuto Social.

e) Atuar como gestor dos contratos firmados para prestação dos serviços aos Municípios, podendo inclusive referida gestão ser remunerada.

TÍTULO II - DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL

CAPÍTULO I - DOS ÓRGÃOS

Art. 8º. O Consórcio se estruturará em órgãos hierarquicamente estabelecidos e com autonomia dentro de suas competências, especialmente quanto ao poder de fiscalização apresentando a seguinte estrutura básica:

- a) Assembleia Geral ou Conselho de Prefeitos.
- b) Superintendência.
- c) Secretaria Executiva.
- d) Conselho Técnico.
- e) Conselho Fiscal.

CAPÍTULO II – DA ASSEMBLEIA GERAL OU CONSELHO DE PREFEITOS

Art. 9º. A ASSEMBLEIA GERAL OU CONSELHO DE PREFEITOS é o órgão de deliberação máxima do CONSÓRCIO integrado pelos prefeitos municipais dos municípios consorciados, sendo composto por um PRESIDENTE, um VICE PRESIDENTE e MEMBROS REPRESENTANTES dos municípios.

Art. 10. Os componentes do CONSELHO DE PREFEITOS deverão, no prazo de 15 (quinze) dias de sua posse designar representante a ser cadastrado junto ao CONSÓRCIO, para substituí-los, em suas ausências ou impedimentos na representação de seus municípios junto ao CONSÓRCIO.

Parágrafo Primeiro – Os representantes nomeados somente poderão ser substituídos mediante novo cadastro junto ao CONSÓRCIO que não poderá ser procedido em prazo inferior a 48 (quarenta e oito) horas das assembleias gerais.

Parágrafo Segundo - Nenhum servidor do Consórcio poderá representar qualquer ente consorciado na Assembleia Geral, e nenhum servidor ou membro de um ente consorciado poderá representar outro ente consorciado.



Parágrafo Terceiro - Ninguém poderá representar dois ou mais consorciados na mesma Assembleia Geral.

Art. 11. A Assembleia Geral será presidida pelo Prefeito de um dos Municípios consorciados, eleito por aclamação ou voto, por maioria absoluta, para mandato de 02 (dois) anos.

Parágrafo primeiro – Se nenhum candidato obtiver maioria absoluta de votos, proceder-se-á ao segundo escrutínio, onde concorrerão os dois candidatos mais votados na primeira votação.

Parágrafo segundo – Em caso de renúncia do Presidente, haverá imediata eleição para suprir a vacância, assumindo a Presidência o Vice-Presidente que convocará assembleia geral ordinária para, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, proceder a eleição de novo Presidente.

Seção I - Do Funcionamento

Art. 12. A Assembleia Geral será dirigida pelo Presidente que indicará um Secretário para auxiliá-lo.

Art. 13. A Assembleia Geral reunir-se-á por convocação de seu Presidente, sempre que houver pauta para deliberação e, extraordinariamente, quando convocada por, ao menos, 1/5 (um quinto) de seus membros.

Parágrafo primeiro – As convocações deverão se dar através de edital de convocação com ciência inequívoca a todos os membros consorciados, o que poderá ser promovido pela ciência no próprio ato de convocação ou através de correspondência com aviso de recebimento (A.R.), ou ainda via comunicação eletrônica previamente estabelecida e cadastrada junto ao CONSÓRCIO pelos MUNICÍPIOS consorciados.

Parágrafo segundo – O prazo entre a convocação e a realização da Assembleia Geral não poderá ser inferior a quarenta e oito horas.

Parágrafo terceiro – A Assembleia Geral, somente se instalará e deliberará com a presença de mais da metade dos entes consorciados, exceto sobre as matérias que exijam quórum superior nos termos deste Contrato de Consórcio / Estatuto Social.

Art. 14. As deliberações da Assembleia Geral serão por consenso ou por voto, que será público, nominal e aberto.

Art. 15. Cada membro do Consórcio terá um voto, independente dos bens e recursos que repassar ao Consórcio.

Art. 16. As decisões serão sempre por maioria absoluta, com voto de qualidade do Presidente em caso de empate, ressalvadas as alterações contratuais e/ou estatutárias que obedecerão ao quórum qualificado de 2/3 (dois terços).

[Handwritten signatures]

Art. 17. A Assembleia Geral somente deliberará sobre os assuntos da pauta, que devem ser específicos, sendo vedada a inclusão em pauta de tema sob o título de “assuntos gerais” ou “assuntos de interesse geral” ou expressão equivalente.

Art. 18. Os assuntos que vierem à discussão, sem constar previamente da pauta, somente poderão ser objeto de discussão, se encaminhados para deliberação na próxima sessão da Assembleia Geral, convocada nos termos do Estatuto Social.

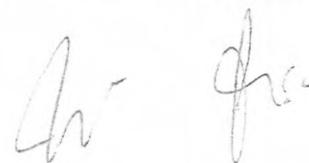
Art. 19. Os assuntos levados à pauta deverão ser necessariamente objeto de discussão pela Assembleia Geral, em busca de decisão de consenso, sendo levados à deliberação por voto somente depois de esgotadas todas as possibilidades de aprovação consensual.

Parágrafo Único. Sendo a decisão tomada por consenso da Assembleia Geral, fica dispensada a votação, consignando-se a aprovação em ata como sendo por *unanimidade*.

Seção II - Das Competências

Art. 20. Compete à Assembleia Geral:

- a) Deliberar, em última instância, sobre os assuntos gerais do CONSÓRCIO.
- b) Aprovar:
 1. o PLANO DE TRABALHO ANUAL, elaborado pelo CONSELHO TÉCNICO e apresentado pela SUPERINTENDÊNCIA;
 2. a PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA ANUAL elaborada pela SECRETARIA EXECUTIVA e apresentada pela SUPERINTENDÊNCIA;
 3. o CONTRATO DE RATEIO elaborado pela SECRETARIA EXECUTIVA e apresentado pela SUPERINTENDÊNCIA.
 4. proposta de PARCERIA PÚBLICO PRIVADA.
- c) Definir as políticas patrimoniais e financeiras e aprovar os programas e investimentos do Consórcio elaborados pela SECRETARIA EXECUTIVA e apresentados pela SUPERINTENDÊNCIA.
- d) Eleger em assembleia geral o SUPERINTENDENTE como representante legal e administrador do CONSÓRCIO, para um mandato de quatro anos, com possibilidade de recondução, bem como determinar a perda do mandato, nos casos previstos estatutariamente.
- e) Aprovar o relatório anual das atividades do CONSÓRCIO, elaborado pelos CONSELHO TÉCNICO e SECRETARIA EXECUTIVA e apresentados pela SUPERINTENDÊNCIA.
- f) Apreçar, até 31 de março de cada ano, as contas do exercício anterior, prestadas pelo SUPERINTENDENTE acompanhado do parecer conclusivo do CONSELHO FISCAL.
- g) Deliberar sobre as quotas de contribuições dos municípios consorciados, especialmente aquelas estabelecidas nos contratos de rateio.
- h) Autorizar a alienação dos bens do Consórcio, bem como seu oferecimento como garantia de operação de crédito.



- i) Aprovar a solicitação dos servidores municipais para a prestação de serviços junto ao Consórcio, nos termos das respectivas leis municipais de origem.
- j) Deliberar sobre a suspensão, exclusão e penalização de consorciados.
- k) Propor, apreciar e deliberar sobre propostas de alterações do presente Estatuto.
- l) Autorizar a entrada de novos consorciados.
- m) Deliberar sobre a mudança de sede.
- n) Supervisionar os trabalhos e as atividades desenvolvidas pelo SUPERINTENDENTE.
- o) Aprovar o quadro de pessoal, suas alterações, e remuneração dos empregados do Consórcio, inclusive a do Coordenador Geral e dos demais integrantes da Secretaria Executiva, mediante proposta do SUPERINTENDENTE.

Parágrafo único. Para as deliberações a que se referem as alíneas “d” e “k” deste artigo é exigida deliberação por assembleia especialmente convocada para esse fim.

Art. 21. Compete ao Presidente do Conselho de Prefeitos:

- a) Presidir as Assembleias Gerais e dar voto de qualidade.
- b) Dar posse ao SUPERINTENDENTE.
- c) Representar os entes da Federação consorciados perante outras esferas de governo em assuntos de interesse comum, dentro dos limites fixados para a representação autorizada pela Assembleia Geral.

Art. 22. Compete ao Vice-Presidente substituir o Presidente nas ausências e impedimentos.

Seção III – Das Atas

Art. 23. Nas atas da Assembleia Geral serão registradas, de forma resumida, cada uma das propostas votadas na Assembleia Geral e a indicação dos resultados da votação.

Parágrafo Primeiro - Somente se reconhecerá sigilo de documentos e declarações efetuadas na Assembleia Geral mediante decisão na qual se indiquem expressamente os motivos do sigilo.

Parágrafo Segundo - A ata será rubricada em todas as suas folhas, por aquele que a lavrou e por quem presidiu os trabalhos da Assembleia Geral.

Parágrafo terceiro – As atas serão registradas em livro próprio, devendo ser dadas às mesmas ampla publicidade com sua publicação no sítio da internet do CONSÓRCIO.

Parágrafo Quarto – Às convocações das assembleias e reuniões deverão ser dadas ampla publicidade com divulgação no sítio da internet do CONSÓRCIO.

CAPÍTULO III – Da Superintendência

Art. 24. A SUPERINTENDÊNCIA é o órgão de representação responsável pela gestão, administração, movimentação financeira e de pessoal e prestação de contas do CONSÓRCIO.

Art. 25. A SUPERINTENDÊNCIA tem como titular um SUPERINTENDENTE, com poderes de administração do CONSÓRCIO, que será assessorado e auxiliado pelo CONSELHO TÉCNICO e SECRETARIA EXECUTIVA, podendo delegar competências.

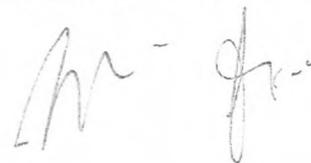
Art. 26. O SUPERINTENDENTE ocupará emprego em confiança, por eleição da Assembleia, com mandato de quatro anos, somente podendo ser demitido por decisão justificada do CONSELHO DE PREFEITOS em Assembleia Geral, especificamente convocada para esse fim, com quórum mínimo de 2/3 (dois terços) para deliberação e aprovação, na qual será lhe proporcionada a oportunidade para se manifestar em ampla defesa.

Art. 27. Compete ao SUPERINTENDENTE:

- a) Representar o Consórcio, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, podendo firmar contratos ou convênios e atos análogos, inclusive convenções coletivas de trabalho, bem como constituir procuradores: “ad negocia” e “ad judicia”, podendo esta competência ser delegada parcial ou totalmente ao Coordenador Geral da Secretaria Executiva.
- b) Movimentar, em conjunto com o Coordenador Geral ou com o Diretor Financeiro e Patrimonial, as contas bancárias do Consórcio, podendo esta competência ser delegada total ou parcialmente, sendo responsável pelos valores e bens do Consórcio.
- c) Acompanhar e supervisionar os trabalhos desenvolvidos pela SECRETARIA EXECUTIVA e pelo CONSELHO TÉCNICO.
- d) Aprovar, a proposta de Regimento Interno do Consórcio a ser elaborada pela SECRETARIA EXECUTIVA e suas alterações, bem como, resolver e dispor sobre casos omissos.
- e) Aprovar as contratações de serviços de terceiros e convênios com órgãos públicos e privados, conforme definidos nos planos e programas de trabalho aprovados pela Assembleia Geral.
- f) Apresentar proposta do quadro de pessoal, suas alterações, e remuneração dos empregados do Consórcio, inclusive a do Coordenador Geral e dos demais integrantes da Secretaria Executiva, para aprovação da Assembleia Geral.
- g) Prestar contas aos órgãos públicos ou privados que tenham concedido auxílios e subvenções ao Consórcio e ao TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO.

CAPÍTULO IV – DO CONSELHO TÉCNICO

Art. 28. É o órgão formado por (2) dois representantes (um titular e um suplente) indicados através de portaria por cada um dos Municípios consorciados sendo sempre a composição paritária entre titulares e suplentes, empossados pela Assembleia Geral e conduzidos pela SUPERINTENDÊNCIA, responsável pelo planejamento das ações e serviços a serem executados no CONSÓRCIO, e seu PLANO DE TRABALHO ANUAL.



Art. 29. Compete ao CONSELHO TÉCNICO:

- a) Incentivar e convidar técnicos e assessores municipais, de empresas e da sociedade civil, para debater propostas, prioridades e os planos e programas de trabalho do Consórcio podendo, para isso, constituir Grupos de Trabalho, definindo objetivos, metas e sua composição.
- b) Planejar as ações e serviços objeto de o presente contrato de consórcio serem executados pelo CONSÓRCIO.
- c) Elaborar o PLANO ANUAL de trabalho.
- d) Apresentar o Relatório Anual de Atividades.
- e) Deliberar quanto às questões técnicas que envolvam as ações e serviços executados pelo CONSÓRCIO.
- f) Escolher e aprovar o DIRETOR TÉCNICO do CONSÓRCIO, a ser nomeado pelo SUPERINTENDENTE.
- g) Assessorar o SUPERINTENDENTE quanto às questões de ordem técnica dos serviços e ações executados pelo Consórcio.
- h) Elaborar e aprovar seu Regimento Interno, para publicação pela SUPERINTENDÊNCIA.

Parágrafo Primeiro - As deliberações do CONSELHO TÉCNICO serão por consenso ou por voto, um para cada membro, respeitado a maioria absoluta.

Parágrafo Segundo - O CONSELHO TÉCNICO elegerá um Presidente e um Secretário(a), com mandato de dois anos e possibilidade de recondução, que exercerá as funções de responsável por suas reuniões e atividades, com voto de qualidade.

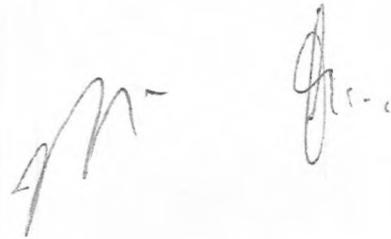
CAPÍTULO V – DA SECRETARIA EXECUTIVA

Art. 30. É o órgão gerencial do CONSÓRCIO, subordinado à SUPERINTENDÊNCIA, responsável pela execução dos trabalhos administrativos, técnicos, financeiros e de movimentação dos recursos humanos, do CONSÓRCIO.

Parágrafo Primeiro - A Secretaria Executiva é chefiada por um COORDENADOR GERAL, nomeado em emprego de confiança pela SUPERINTENDÊNCIA, coordenadores, supervisores, gerentes e técnicos nomeados pela SUPERINTENDÊNCIA, conforme estabelecido no quadro de pessoal e no regulamento de contratações do CONSÓRCIO.

Parágrafo Segundo - A Secretaria Executiva executará os planos e programas estabelecidos pelas instâncias de deliberação do CONSÓRCIO, e será constituída além de um Coordenador Geral, por corpo técnico e administrativo, integrado por quadro de pessoal próprio, cedido pelos membros do Consórcio, podendo contar também com assessoramento externo contratado.

Art. 31. Compete ao Coordenador Geral:



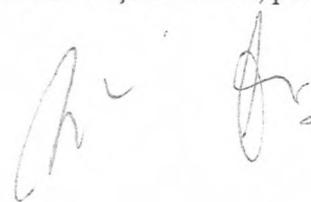
- a) Reportar-se ao SUPERINTENDENTE para atendimento das tarefas e trabalho da assembleia Geral, assim como responder pela execução das atividades do CONSÓRCIO.
- b) Propor a estruturação ou reestruturação administrativa de seus serviços o quadro de pessoal e a respectiva remuneração, a serem submetidos à apreciação do SUPERINTENDENTE e aprovação do CONSELHO DE PREFEITOS.
- c) Contratar, enquadrar, promover, demitir e punir empregados, bem como praticar todos os demais atos relativos à organização do pessoal, em comum acordo com o SUPERINTENDENTE.
- d) Propor ao SUPERINTENDENTE a solicitação de servidores municipais para prestarem serviços ao Consórcio.
- e) Fornecer ao CONSELHO DE PREFEITOS, ao SUPERINTENDENTE e ao CONSELHO FISCAL todas as informações que lhe sejam solicitadas.
- f) Elaborar a proposta orçamentária anual, a ser submetida ao SUPERINTENDENTE e ao CONSELHO DE PREFEITOS;
- g) Elaborar o balanço e o relatório de atividades anuais, a serem submetidos ao Conselho Fiscal e Assembleia Geral;
- h) Elaborar os balancetes mensais para ciência do SUPERINTENDENTE e CONSELHO DE PREFEITOS e CONSELHO FISCAL.
- i) Elaborar a prestação de contas dos contratos de rateio, auxílios e subvenções concedidas ao CONSÓRCIO, para ser apresentado pelo SUPERINTENDENTE aos Municípios ou ao órgão concedente;
- j) Publicar, anualmente, no jornal de maior circulação dos municípios consorciados, ou jornal de maior circulação da região, o balanço anual do Consórcio;
- k) Autorizar compras, serviços e outras despesas dentro dos limites do orçamento aprovado pela Assembleia Geral e definido pelo SUPERINTENDENTE, desde que estejam de acordo com o plano de atividades e programas aprovados pelos mesmos;
- l) Autenticar, junto com o SUPERINTENDENTE os livros de atas e registros próprios do Consórcio;
- m) Movimentar, em conjunto com o SUPERINTENDENTE ou com o Diretor de Administrativo e Financeiro, as contas bancárias do Consórcio.
- n) Substituir o SUPERINTENDENTE em suas ausências e faltas, inclusive na vacância do cargo até nova eleição pelo CONSELHO DE PREFEITOS.

CAPÍTULO VI - DA ELEIÇÃO E DA DESTITUIÇÃO DO PRESIDENTE E DOS ADMINISTRADORES

Art. 32. O Presidente do CONSELHO DE PREFEITOS será eleito em Assembleia especialmente convocada, podendo ser apresentadas candidaturas nos primeiros 30 (trinta) minutos.

Parágrafo Primeiro – Exclusivamente para o cargo de Presidente do CONSELHO DE PREFEITOS somente serão aceitos como candidatos Chefes do Poder Executivo de ente consorciado.

Parágrafo segundo - O Presidente do CONSELHO DE PREFEITOS será eleito por aclamação ou voto, por maioria absoluta, para mandato de 02 (dois) anos.



Parágrafo terceiro – Se nenhum candidato obtiver maioria absoluta de votos, proceder-se-á ao segundo escrutínio, onde concorrerão os dois candidatos mais votados na primeira votação.

Parágrafo quarto – Não poderão se candidatar os Chefes de Executivo de ente consorciado que estiver em débito com o CONSÓRCIO na data da eleição.

Art. 33. Proclamado o resultado e eleito o Presidente, passará a Assembleia Geral à eleição do SUPERINTENDENTE, utilizando o mesmo procedimento adotado para a eleição do Presidente do CONSELHO DE PREFEITOS.

Parágrafo primeiro – Escolhido o SUPERINTENDENTE será designada ao mesmo a administração do consórcio sendo-lhe dada a posse, pelo Presidente do CONSELHO DE PREFEITOS na própria Assembleia.

Parágrafo segundo – O COORDENADOR GERAL será nomeado e empossado em ato próprio pelo SUPERINTENDENTE.

Art. 34. A destituição do Presidente do CONSELHO DE PREFEITOS e do SUPERINTENDENTE se dará em Assembleia Geral, especialmente convocada para esse fim, que se instalará e deliberará com o quórum mínimo de 2/3 (dois terços).

Parágrafo único – No Procedimento de destituição será garantida a ampla defesa.

Art. 35. O Coordenador Geral poderá ser destituído pelo SUPERINTENDENTE *ad referendum* do CONSELHO DE PREFEITOS.

CAPÍTULO VII – DO CONSELHO FISCAL

Art. 36. É o órgão de controle interno do CONSÓRCIO constituído por representantes das Secretarias ou Diretorias Financeiras dos Municípios consorciados, com competência para fiscalizar as contas a serem prestadas pela SUPERINTENDÊNCIA do CONSÓRCIO

Art. 37. É o órgão formado por (2) dois representantes (um titular e um suplente) indicados através de portaria por cada um dos Municípios consorciados sendo sempre a composição paritária entre titulares e suplentes, empossados pela Assembleia Geral.

Art. 38. O Conselho Fiscal será dirigido por uma Diretoria constituída por um Presidente, um Vice-Presidente, um Secretário e suplentes, eleitos em escrutínio aberto para o mandato de 02 (dois) anos.

Art. 39. O Conselho Fiscal, através de seu Presidente, e por decisão da maioria de seus integrantes, poderá convocar o SUPERINTENDENTE ou o COORDENADOR GERAL, para esclarecimentos ou providências quando forem verificadas irregularidades na escrituração contábil, nos atos de gestão financeira ou patrimonial, ou ainda quando ocorrer inobservância de normas legais, estatutárias ou regimentais.

Art. 40. Compete ao Conselho Fiscal:

- a) Fiscalizar a contabilidade do CONSÓRCIO.
- b) Acompanhar e fiscalizar as operações econômicas ou financeiras da entidade.
- c) Exercer o controle de gestão e de finalidade do CONSÓRCIO.
- d) Exercer o controle sobre o plano de trabalho, proposta orçamentária, balanços e relatórios e prestações de contas, a serem submetidos à Assembleia Geral.
- e) Elaborar e aprovar o seu Regimento Interno para publicação pelo SUPERINTENDENTE.
- f) Elegar seu Presidente, Vice-Presidente e Secretário e respectivos suplentes.
- g) Indicar representante para participar de reuniões do Conselho Técnico e da Assembleia Geral, quando convidado.
- h) Emitir pareceres quando da prestação de contas anuais do consórcio antes de sua apreciação pela Assembleia Geral.
- i) Exercer o Controle Interno do CONSÓRCIO.

TÍTULO III – DOS RECURSOS HUMANOS

CAPÍTULO I - DAS ADMISSÕES DE PESSOAL

Art. 41. O Consórcio terá empregados a serem contratados nos termos previstos pelo §2º, do art. 6º, da Lei Ordinária, 11.107, de 06 de abril de 2005, e cujo número será fixado em relação aos serviços necessários e demandas municipais para atendimento às ações e serviços que lhes correspondam (art. 241, CF/88), por proposta elaborada pela SUPERINTENDÊNCIA e decisão da Assembleia Geral.

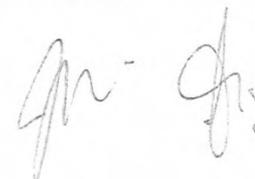
Parágrafo Primeiro. O número de empregados poderá ser alterado em razão de aumento ou redução na demanda dos serviços, por decisão da Assembleia Geral.

Parágrafo segundo. O regime jurídico das contratações é aquele previsto na Consolidação das Leis do Trabalho -- CLT.

Art. 42. A contratação dos empregos se dará por processo seletivo, e em comissão para os cargos de direção, chefia e assessoramento, respeitadas as regras de nomeação de empregos em confiança estabelecidas para os casos específicos previstos no Estatuto.

Art. 43. A contratação de pessoal por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, deverá se dar nas seguintes hipóteses:

- a) Nos casos de vacância ocasionados por férias, licença remunerada de qualquer natureza, afastamento do trabalho por motivo de doença, morte, pedido de demissão ou demissão de empregado, limitado ao prazo de um ano, até que seja viável a elaboração de processo seletivo para contratação;
- b) Nos casos de aumento incomum de demanda dos serviços, devidamente justificado e por decisão da Assembleia Geral, pelo prazo máximo de seis meses.



- c) Nos casos de calamidade pública, estado de emergência e nas ocorrências de epidemias, devidamente registrados e homologados, conforme o evento.
d) Nos casos de iminente perigo de supressão dos serviços ocasionado por paralisação ou greve de empregados, assim como, nas emergências, devidamente justificadas
e) Nos casos em que houver risco se solução de continuidade de serviço essencial.

Parágrafo único - Não se admitirá a contratação nos moldes previstos no presente inciso fora das hipóteses previstas nas alíneas anteriores, assim como, não se tolerará a perpetuação da contratação temporária.

Art. 44. Os salários dos empregados seguirão quadro próprio, ficando limitado ao mínimo dos valores pagos pela respectiva categoria de classe fixado em convenção coletiva de trabalho da qual tenha participado o CONSÓRCIO e ao máximo pelo teto fixado para os Ministros do Supremo Tribunal Federal.

TÍTULO IV – DOS CONTRATOS, CONVÊNIOS E ATOS ANÁLOGOS

CAPÍTULO I – DAS COMPRAS E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS

Art. 45. As compras e contratações de serviços realizados pelo CONSÓRCIO atenderão às regras estabelecidas pela Lei Ordinária nº 8.666/93, Lei Geral de Licitações, nos termos do p. 2º, do art. 6º, e art. 17, da Lei Ordinária nº 11.107/05, Marco Regulatório dos Consórcios Públicos e à legislação correlata e complementar.

Parágrafo único. O CONSÓRCIO poderá também desenvolver estudos e firmar Parcerias Público Privadas - PPP, nos termos da Lei Ordinária nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004.

CAPÍTULO II - DOS CONTRATOS DE GESTÃO E TERMOS DE PARCERIA

Art. 46. O CONSÓRCIO poderá firmar contratos de gestão, termos de parceria e parcerias público privadas, para consecução de suas finalidades, respeitadas as disposições legais aplicáveis, e seus respectivos decretos regulamentadores.

Parágrafo Único - As contratações estipuladas na presente cláusula deverão necessariamente ser previamente aprovadas pelo CONSELHO FISCAL, a quem se encaminhará as minutas dos termos a serem firmados com as entidades civis parceiras, detalhando toda matéria a ser deliberada.

CAPÍTULO III – DOS CONVÊNIOS

Art. 47. O CONSÓRCIO poderá firmar convênios e termos de cooperação com pessoas jurídicas de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras podendo receber recursos para tanto.

Handwritten signatures and initials.

CAPÍTULO IV – DOS CONTRATOS DE RATEIO

Art. 48. O CONSÓRCIO firmará com os Municípios consorciados CONTRATO DE RATEIO, por meio do qual os entes consorciados se obrigarão a fornecer recursos financeiros para a realização das despesas do consórcio público para seu custeio ou investimentos.

Art. 49. – Os contratos de rateio serão firmados a cada exercício com base no PLANO DE TRABALHO e na PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA anuais.

TÍTULO V – DAS FINANÇAS

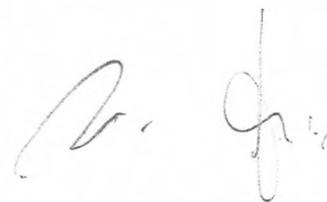
CAPÍTULO I - PATRIMÔNIO E RECURSOS FINANCEIROS

Art. 50. O patrimônio do Consórcio será constituído:

- I - Pelos bens que vier a adquirir a qualquer título.
- II - Pelos bens que lhe forem doadas por entidades públicas e privadas.

Art. 51. Constituem recursos financeiros do Consórcio:

- I - Os repasses dos Municípios procedidos em razão dos contratos de rateio, previstos no art. 8º, da Lei Ordinária nº 11.107, de 06 de abril de 2005.
- II - Dos repasses de empresas e entidades, consoante Convênios termos e cooperação.
- III - A remuneração dos próprios serviços, inclusive os decorrentes da gestão de contratos firmados pelo consórcio, quando previsto em edital de convocação.
- IV - Os auxílios, contribuições e subvenções concedidas por entidades públicas ou particulares.
- V - As rendas de seu patrimônio.
- VI - Os saldos dos exercícios.
- VII - As doações e legados.
- VIII - O produto da alienação de seus bens.
- IX - O produto das operações de crédito, permitidas por lei.
- X - As rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósito e da aplicação de capitais.
- XI - O produto da arrecadação destinado aos Municípios por força do art. 158, I, da CONSTITUIÇÃO FEDERAL, do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, pelo CONSÓRCIO.
- XII - O produto da remuneração prevista na alínea “e” do art. 7º, IX, do Estatuto Social.
- XIII - O produto resultante de multas civis aplicadas no âmbito da atuação dos órgãos de fiscalização ambiental e do Ministério Público.



TÍTULO VI – DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

CAPÍTULO I – DEMISSÃO ou RETIRADA, EXCLUSÃO, DISSOLUÇÃO, DIREITOS E DEVERES

Seção I – Da Demissão ou Retirada

Art. 52. Cada consorciado poderá se retirar a qualquer momento da sociedade, desde que denuncie sua participação com prazo nunca inferior a 180 (cento e oitenta) dias, cuidando os demais consorciados de acertar os termos da redistribuição de custos dos planos, programas e projetos de que participe o retirante.

Parágrafo Primeiro – São condições imprescindíveis para a validade do ato de retirada:

- a) estar o ente consorciado quites com o CONSÓRCIO, sem qualquer débito vencido pendente de liquidação;
- b) ser autorizado por lei específica aprovada pela respectiva Câmara Municipal do ente retirante.

Parágrafo segundo – Manifestando o ente sua vontade de retirar-se e existindo débitos vencidos pendentes, deverá o mesmo providenciar o seu pagamento ou Termo de Confissão e Parcelamento de Dívida, a ser proposto pelo SUPERINTENDENTE e aprovado pela Assembleia Geral.

Parágrafo Terceiro – Aprovado o parcelamento da dívida o ente consorciado ficará suspenso, não recebendo qualquer prestação dos serviços, ficando obrigado, todavia, a pagar as despesas operacionais do CONSÓRCIO relativas à cota fixa, até a liquidação total de seu débito.

Parágrafo Quarto – A retirada promovida sem o cumprimento das formalidades previstas nos dispositivos anteriores, sendo considerada irregular por decisão da Assembleia Geral, implicará em multa civil ao Município no percentual de 100% (cem por cento) do débito existente e representação ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo a ser formalizada pela SUPERINTENDÊNCIA.

Seção II – Da Exclusão

Art. 53. Serão excluídos do quadro social, ouvido o CONSELHO DE PREFEITOS em Assembleia Geral, os consorciados que tenham deixado de incluir, no orçamento da despesa, a dotação devida aos Consórcios em prejuízo da responsabilidade por perdas e danos e representação aos órgãos de fiscalização (MP e TCESP) a ser promovida pelo SUPERINTENDENTE.

Parágrafo único – O consorciado que deixar de repassar as cotas do contrato de rateio, e não apresentar proposta de pagamento no prazo de 15 (quinze) dias contados do vencimento, ou que apresentando proposta para pagamento a deixe de cumprir, será suspenso *ad referendum* do CONSELHO DE PREFEITOS, pelo SUPERINTENDENTE, aplicando-se-lhe, no que couber, o previsto nos parágrafos da cláusula anterior, até a quitação de seu débito, após o que será excluído do CONSÓRCIO.

M - Jrc.

Seção III – Da Extinção

Art. 54. O Consórcio somente será extinto por decisão do CONSELHO DE PREFEITOS em Assembleia Geral, especialmente convocada para esse fim e pelo voto de, no mínimo 2/3 (dois terços) de seus membros.

Art. 55. Em caso de extinção, os bens e recursos do Consórcio reverterão ao patrimônio dos consorciados, proporcionalmente às inversões feitas, ou a entidade com as mesmas finalidades e natureza jurídica, indicada pela Assembleia Geral.

Parágrafo primeiro - Os consorciados que participam de um investimento, que o entendam indiviso, poderão optar pela reversão a apenas um deles, escolhido mediante sorteio ou conforme for acordado pelos partícipes, na Liquidação do CONSÓRCIO, mediante homologação da Assembleia Geral.

Parágrafo segundo – Os consorciados deverão providenciar a liquidação do CONSÓRCIO com a devida quitação de todas as obrigações existentes e as reversões pertinentes sob pena de responsabilidade pessoal de seus representantes.

Art. 56. Aplicam-se às hipóteses do artigo anterior ao caso de encerramento de determinada atividade do Consórcio, cujos investimentos se tornem ociosos.

Art. 57. Os consorciados que se demitirem (retirarem espontaneamente) e os excluídos do quadro social somente participarão da reversão dos bens e recursos da sociedade, quando de sua extinção ou encerramento, da atividade de que participem.

Parágrafo Único - Qualquer consorciado pode assumir os direitos daquele que saiu, mediante ressarcimento dos investimentos que este fez na sociedade.

Seção IV – Direitos e Deveres

Art. 58. São direitos dos consorciados, a utilização dos serviços objeto do consórcio nos termos do presente Estatuto, e dos contratos de rateio, desde que em dia com suas contribuições ao CONSÓRCIO.

Art. 59. São deveres dos consorciados, cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto e os termos dos contratos de rateio.

CAPÍTULO II - DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 60. O consórcio ora intencionado fica autorizado à gestão associada dos serviços objeto do presente termo, dentro de suas finalidades precípua já elencadas e na sua área de atuação, respondendo pelos Municípios consorciados dentro dos limites da prestação de serviços contratada.

[Handwritten signatures]

Art. 61. O consórcio pode licitar ou outorgar concessão, permissão ou autorização da prestação dos serviços, nos limites de suas competências, mediante decisão, por unanimidade, da Assembleia Geral.

Art. 62. Os contratos de programa firmados com órgão ou entidade de um dos entes da Federação consorciados, para prestação de serviços, dependerão de protocolo prévio de intenções, aprovado pela Assembleia Geral.

Art. 63. Os serviços prestados pelo Consórcio deverão obedecer aos princípios estabelecidos pela legislação ambiental, dando-se o mesmo para os contratos de programa.

Art. 64. Os Municípios consorciados respondem subsidiariamente pelas obrigações assumidas pela entidade.

Parágrafo Primeiro – O SUPERINTENDENTE, administrador do CONSÓRCIO, e os representantes legais dos consorciados não responderão pessoalmente pelas obrigações contraídas com a ciência e em nome do CONSÓRCIO, mas assumirão as responsabilidades por atos praticados de forma contrária à lei ou às disposições contidas neste Estatuto.

Parágrafo segundo – O novo superintendente do CONDESU, será eleito no prazo de até 90 (noventa dias), sendo que até a sua eleição ocupará as funções o atual Coordenador Geral.

Art. 65. O primeiro exercício social do Consórcio encerrar-se-á em 31 de dezembro de 2009.

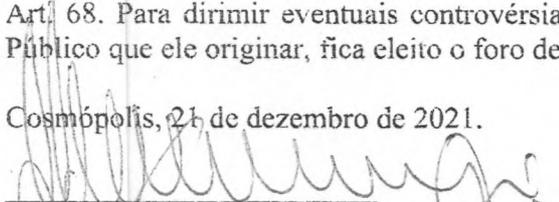
Art. 66. Os consorciados se obrigam a incluir nos respectivos orçamentos os recursos necessários para satisfazer as obrigações estabelecidas pela Assembleia Geral, nos moldes dos contratos de rateio firmados.

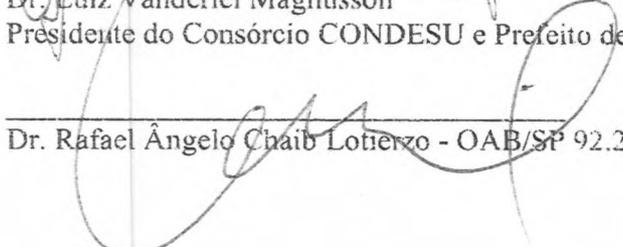
Art. 67. A SUPERINTENDÊNCIA promoverá o registro do presente instrumento no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, na cidade de sua sede, para que o Consórcio adquira personalidade jurídica.

CAPÍTULO III – DO FORO

Art. 68. Para dirimir eventuais controvérsias deste Protocolo de Intenções e do Contrato de Consórcio Público que ele originar, fica eleito o foro de sua sede.

Cosmópolis, 21 de dezembro de 2021.


Dr. Luiz Vanderlei Magnusson
Presidente do Consórcio CONDESU e Prefeito de Conchal


Dr. Rafael Ângelo Chaib Lotierzo - OAB/SP 92.255



